



PESSOAS e LUGARES

Novas regras para o LEADER

Comissão Europeia
apresenta proposta
para a PAC pós-2013

p.4

ADRMAG comemora 20 anos

Ministra inaugura
Centro de Apoio ao
Desenvolvimento Local

p.8

Animação do território

Estratégias e desafios



Percorremos a Rota do Fresco

O património por descobrir, no Alentejo

p.22-23

“A animação é como o fósforo, quando o riscas estás a animar, acendeu-se e vai apagar-se. E se estiveres no escuro tens de puxar por outro.”

Entrevista com Camilo Mortágua

p.14-17



Animação territorial – os cidadãos no centro da governação

Há pouco tempo foram publicadas as propostas da Comissão para o regulamento geral dos três fundos estruturais e do novo regulamento do FEADER. Os desafios que aí são apresentados colocam a tónica num “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, dimensões que requerem um nível de capacitação e de envolvimento das organizações e dos cidadãos europeus extremamente elevado, remetendo-nos para uma questão que considero central: o que fazer e como o fazer.

Ao analisar os diversos documentos que enquadram o próximo período de financiamento no pós 2013, fico com a sensação de que a crise pela qual passamos na Europa e, cujos contornos e profundidade ainda não conhecemos totalmente, não está suficientemente incorporada na estratégia UE 2020. Há a sensação que temos um mundo financeiro que vive de regras e lógicas muito próprias que poucos controlam mas com consequências que poderão ser devastadoras nos diferentes países e, sobretudo, ao nível dos cidadãos.

Uma desarticulação entre a estratégia UE 2020 e a crise que se vivencia atualmente na Europa e no mundo, acarreta um perigo muito evidente, o de tornar estéril ou pouco eficaz qualquer política pública que venha a ser desenhada neste contexto, com o conseqüente e crescente divórcio do cidadão relativamente ao “projeto europeu”. É fundamental, nesta fase, que o cidadão e as organizações que lhe dão expressão estejam presentes de forma efetiva nas diversas dimensões da construção do edifício europeu, seja ele nos momentos de identificação das problemáticas e dos desafios, seja na equação das soluções, seja na execução das políticas públicas. Os cidadãos não são só recetáculos de políticas, são a sua razão de ser e contêm em si o saber, a competência e a vontade que poderão ser decisivos neste período.

A territorialização de algumas linhas das políticas públicas através do envolvimento dos cidadãos e das organizações locais (privadas e públicas) que os representam permite mais eficácia, melhores resultados e por consequência melhores níveis de desenvolvimento nas zonas rurais. A implementação e disseminação da abordagem LEADER, concebida como uma metodologia

para o desenvolvimento local das zonas rurais, assente numa lógica de territorialização, permitiu ao longo de cerca de 20 anos, perceber a importância central da “Animação Territorial” neste processo. A Animação Territorial incorpora muitos significados, podemos falar de Animação Territorial sob várias perspetivas, mas quase sempre está presente a lógica do envolvimento, da mobilização e da articulação das pessoas e das organizações do território, dos seus recursos e interesses. Este conceito de animação implica metodologias de motivação e capacitação que permitem a organização, a construção e execução de soluções ajustadas às dinâmicas locais. Estas soluções, construídas localmente, são muito mais simples, têm uma menor carga burocrática e administrativa, assentando no funcionamento de redes locais (formais e informais), nas quais os níveis de confiança e de segurança são muito mais elevados, dispensando a construção de programas complexos de arquitetura difícil que esgotam os recursos em si mesmos. As pessoas, os cidadãos, estão no centro desta equação. É importante notar que nunca os níveis de qualificação e de escolaridade foram tão elevados, nunca os cidadãos estiveram tão envolvidos na discussão da causa pública. O seu envolvimento não pode constituir apenas um ponto da agenda de trabalho dos decisores políticos e institucionais que há que cumprir meramente em termos administrativos!

Este número do jornal Pessoas e Lugares tem a sua temática central colocada na Animação Territorial, convidámos, por isso, alguns cidadãos e organizações para nos darem testemunhos de iniciativas nesta área e para partilharem connosco a sua perspetiva sobre esta questão. Os exemplos são muitos e acontecem por todo o país, os territórios organizam-se, reagem, propõem, inventam, reinventam iniciativas na área da educação, do empreendedorismo, da cultura, do social, do ambiente... E encontram as melhores soluções!



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 03 . novembro 2011 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhatterra.pt
<http://www.minhatterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Teresa Nogueira (Empower)

Colaboraram neste número

Maria Priscila Soares, Raquel Hilário

Fotografias

TAGUS, CENTER, ADRITEM, ADRIMAG, Spira Lda., DUECEIRA, AD ELO, Paula Matos dos Santos, Fundação Aga Khan/Programa de Desenvolvimento Comunitário K’CIDADE, Rita Reis (Empower)

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



minha terra
por um novo mundo rural

www.minhatterra.pt



Reunião Geral de ADL

Associações discutem Desenvolvimento Local nos Territórios Rurais

As Associações Desenvolvimento Local (ADL) membros da Federação MINHA TERRA tiveram dois dias de intenso trabalho, em Lisboa, no âmbito de uma Reunião Geral de ADL, realizada a 27 de setembro e antecedida, a 26, por dois importantes grupos de trabalho.

Nos grupos de trabalho, os técnicos analistas e coordenadores dos Grupos de Ação Local (GAL) puderam realizar uma análise crítica das ações de controlo de qualidade e auditoria realizadas pelo secretariado técnico da Autoridade de Gestão do PRODER e pelo organismo pagador (IFAP), no sentido de incorporar melhorias de procedimentos, mas refletindo sobre as exigências excessivas e desadequadas que em algumas situações estão a ser colocadas aos beneficiários e às ADL.

A Reunião Geral teve como mote a discussão do Desenvolvimento Local nos Territórios Rurais e debateu a futura PAC pós 2013 e novo regulamento FEADER, em particular as suas implicações no LEADER, tentando compreender que desafios se perfilam no horizonte.

Na Reunião Geral foi possível concluir que as mudanças que se perfilam alteram em muito os instrumentos de política e condicionam a atividade das associadas da Federação MINHA TERRA. Contudo, há notas positivas que se podem registar, como foi referido pela própria Direção da Federação: o

desenvolvimento territorial equilibrado é um dos desafios da nova PAC, a obrigatoriedade do LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural, a consignação de verbas para a componente LEADER (no mínimo 5% do FEADER) e a intenção de simplificação.

Ainda assim, a Direção da MINHA TERRA alerta para alguns aspetos críticos relativamente ao futuro, como a sobrevivência do modelo LEADER e o contexto em que este possa funcionar.

A abordagem comum para a política de coesão, a política de desenvolvimento rural e a política marítima e das pescas mais orientada para os resultados, apresentada no regulamento chapéu, prevê a implementação de estratégias integradas de desenvolvimento local e a formação de GAL, com base na experiência da

abordagem LEADER, até aqui exclusiva da política de desenvolvimento rural.

A Gestora do PRODER, convidada a participar na parte final da reunião, partilhou com os representantes das ADL presentes o ponto de situação dos concursos já encerrados pelos Grupos de Ação Local no subprograma 3 do PRODER e salientou o trabalho de dinamização dos empreendedores rurais realizado pelos GAL. Referindo que, mesmo numa conjuntura menos favorável, estes continuam a manifestar intenções de investir. Gabriela Ventura revelou que os mais de 2500 projetos aprovados até ao momento representam cerca de 340 milhões de euros de ajuda pública e criam 3500 postos de trabalho nas zonas rurais. Uma forma bem positiva de terminar dois dias de intenso trabalho.



Orçamento de Estado de 2012 assegura execução do PRÓDER

O Orçamento do Estado para o próximo ano garante as verbas necessárias para a execução do PRODER, assegurou a ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

Para Assunção Cristas, o facto do seu ministério ter conseguido garantir a verba necessária para a execução do PRODER em 2011, é uma prova de que, apesar da austeridade, o Governo está empenhado e reconhece a importância de manter o investimento no setor.

“Conseguimos desbloquear os 38 milhões de euros que eram necessários para acomodar a comparticipação nacional do Programa de Desenvolvimento Regional, o que significa que vamos conseguir executar 150 milhões de euros em matéria de PRODER”, salientou a ministra à agência Lusa.

Assunção Cristas adiantou que a perspectiva de investimento se mantém para o próximo ano, o que considerou “muito positivo” no atual contexto de austeridade. Admitindo que o orçamento do ministério da Agricultura “encolheu, como todos os outros”, justificou que isso foi feito essencialmente à custa do corte nas estruturas.

Além disso, estão a ser revistas políticas “onde o Estado tem gasto muito dinheiro e acumulado dívida ao longo dos últimos anos”, procurando encontrar soluções alternativas “que consumam menos recursos do Estado”, como por exemplo, os seguros de colheitas e as medidas veterinárias.

“No que é absolutamente central, que é o investimento, o orçamento não encolhe. É um sinal positivo para os agricultores, é sinal que esta é uma área que vemos como de investimento e crescimento económico. É uma área onde podemos encontrar alicerces para sair da crise”, sintetizou.



Novas regras para o LEADER

Comissão Europeia apresenta nova PAC

A Comissão Europeia apresentou, dia 12 de outubro, a sua proposta para a nova Política Agrícola Comum (PAC), que vigorará a partir de 2013. Para a Comissão, o projeto apresentado “visa reforçar a competitividade, a sustentabilidade e o enraizamento da agricultura no conjunto do território de forma a garantir aos cidadãos europeus uma alimentação saudável e de qualidade, preservar o ambiente e desenvolver as zonas rurais.”

O documento endereçado aos Estados-Membros defende ainda que “a futura PAC deve deixar de ser uma política que atenda apenas a atividade de um pequeno, embora essencial, segmento da economia da União Europeia, mas sim uma política que influencie mais de metade do território e todos os consumidores da UE, e é de importância estratégica para a segurança alimentar, meio ambiente, mudança climática e equilíbrio territorial”.

A territorialização da PAC é, aliás, um dos aspetos centrais da proposta da Comissão, que pretende alargar essa abordagem a todos os fundos estruturais, designadamente ao FEDER e ao FSE. De acordo com a proposta, deverá ser criado um Quadro Estratégico Comum que venha a garantir uma melhor coordenação das iniciativas de desenvolvimento local, articulando a aplicação dos diferentes fundos. No contexto deste novo modelo

de articulação entre fundos, a Comissão Europeia reconhece o papel fundamental que o LEADER desempenha no desenvolvimento das zonas rurais e na divulgação da inovação, bem como o compromisso expresso de garantir a continuidade e aplicação do LEADER de forma obrigatória em todos os programas de desenvolvimento rural, definindo que este deve ter um limiar mínimo de 5% do orçamento total do FEADER.

Este limite, igual ao que estava definido na PAC anterior (2007-2013), frustrou as expectativas de quem, como a ELARD (European LEADER Association for Rural Development), defendia que o LEADER deveria ter uma dotação mínima de 10% do FEADER. Apesar de ter havido vários Estados-Membros que no passado decidiram aplicar ao LEADER dotações superiores aos mínimos definidos pela UE – como foi o caso de Portugal – a Comissão decidiu manter o mínimo de 5%, continuando os Estados a poder consignar montantes superiores, caso o entendam.

Outro dos aspetos que tem bastante significado para as Associações de Desenvolvimento Local, que no âmbito do LEADER se constituem como Grupos de Ação Local (GAL), é a aposta na simplificação das regras de implementação de Projetos de Cooperação entre territórios de um ou de vários países, num quadro jurídico que delimita muito bem no tempo o processo de tomada de decisão, ultrapassando dificuldades de articulação entre Estados-Membros identificados no atual período de programação.

Além disso, o aumento de 20% para 25% do orçamento global do LEADER destinado a custos de funcionamento e ações de animação vem reconhecer a importância das atividades de Animação Territorial e o papel dos GAL como seus dinamizadores.

Comissão Europeia propõe uma nova parceria entre a Europa e os agricultores

A Comissão Europeia apresentou, a 12 de outubro, o seu projeto de reforma da Política Agrícola Comum (PAC) após 2013. O projeto visa reforçar a competitividade, a sustentabilidade e o enraizamento da agricultura no conjunto do território de forma a garantir aos cidadãos europeus uma alimentação saudável e de qualidade, preservar o ambiente e desenvolver as zonas rurais.

De acordo com a Comissão, a PAC após a reforma permitirá promover a inovação, reforçar a competitividade económica e ecológica do setor agrícola, lutar contra as alterações climáticas e apoiar o emprego e o crescimento, representando assim uma

contribuição decisiva para a estratégia Europa 2020.

Em comunicado, o órgão executivo da União Europeia (UE), apresentou em os dez pontos essenciais que constam da proposta de reforma.

1. Apoio ao rendimento mais bem dirigido para dinamizar o crescimento e o emprego

Para valorizar melhor o potencial agrícola da UE, a Comissão propõe apoiar o rendimento dos agricultores de modo mais justo, mais simples e mais bem dirigido. O apoio de base ao rendimento dirá respeito apenas aos agricultores ativos.

Diminuirá a partir de 150.000 euros (degressividade) e estará limitado a 300.000 euros por exploração e por ano, além de ter em conta o número de empregos criados pelas explorações. Será também distribuído de forma mais equitativa entre agricultores, entre regiões e entre Estados-Membros.

2. Instrumentos de gestão de crise mais reativos e bem adaptados para superar os novos desafios económicos

A volatilidade dos preços constitui uma ameaça para a competitividade da agricultura a longo prazo. A Comissão propõe redes de segurança mais eficazes e reativas para os setores agrícolas mais expostos às crises (armazenagem privada e intervenção pública) e um incentivo à criação de seguros e de fundos mutualistas.

3. Um pagamento «ecológico» para preservar a produtividade a longo prazo e os ecossistemas

Para reforçar a sustentabilidade ecológica do setor agrícola e valorizar os esforços dos agricultores, a Comissão propõe reservar 30% dos pagamentos diretos às práticas que permitem otimizar a utilização dos recursos naturais. Trata-se das práticas seguintes, eficazes e simples de aplicar: diversificação das culturas, manutenção das pastagens permanentes e preservação das reservas ecológicas e das paisagens.

4. Investimentos adicionais na investigação e na inovação

Para criar uma agricultura do conhecimento e uma agricultura competitiva, a Comissão propõe duplicar o orçamento da investigação e inovação agronómica e tomar medidas para que os resultados da investigação se repercutam na



Conferência Internacional na Polónia

LEADER pós-2013: solução para a Europa sustentável 2020

No início de outubro, na cidade polaca de Kozecin, realizou-se a conferência internacional “Abordagem LEADER Pós-2013 e Novos Desafios para o Desenvolvimento das Zonas Rurais da Europa” organizada no âmbito da Presidência polaca da União Europeia.

A conferência teve como objetivos resumir os resultados até ao presente da implementação da abordagem LEADER na União Europeia – modelos, lições aprendidas,

boas e más práticas –, a avaliar como a abordagem LEADER pode contribuir para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo para a Europa 2020 (formulando recomendações concretas), e desenvolver sugestões específicas para um modelo de implementação da abordagem LEADER no contexto de um novo quadro jurídico para o período de programação 2014-2020.

A organização esteve a cargo da ELARD (European

LEADER Association for Rural Development), da qual faz parte a Federação MINHA TERRA, juntamente com várias estruturas polacas ligadas ao desenvolvimento rural e o Ministério da Agricultura da Polónia, que contaram ainda com o apoio técnico da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural.

Em representação da Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, MINHA TERRA, Luís

Chaves fez uma intervenção sobre a experiência de implementação do LEADER em Portugal. Nesta apresentação, Luís Chaves revelou que a aplicação da metodologia LEADER em território nacional caracteriza-se por ser hoje um processo mais complexo e burocrático do que aconteceu nos anteriores períodos de programação comunitária. O LEADER, defendeu, encontra-se agora mais formatado e com pouca flexibilidade para o

ajustamento territorial, e a sua centralização dá menos autonomia aos Grupos de Ação Local.

De acordo com Luís Chaves, apesar de o LEADER ser bem conhecido das comunidades locais, há ainda um grande desconhecimento, e por vezes desconfiança, por parte da administração central sobre este modelo de intervenção.

Para o futuro, o responsável da MINHA TERRA deixou um conjunto de propostas: reforçar as parcerias, assegurando uma ligação mais forte com a conceção e implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local, assim como o aprofundamento do trabalho em rede, em particular para ultrapassar as dificuldades da transição para o novo período de programação 2014-2020.

prática, através de uma nova parceria para a inovação. Estes fundos permitirão encorajar a transferência de saberes e o aconselhamento dos agricultores e apoiar projetos de investigação pertinentes para os agricultores, ao garantirem uma cooperação mais estreita entre o setor agrícola e a comunidade científica.

5. Uma cadeia alimentar mais competitiva e mais equilibrada

A agricultura, que constitui a base da cadeia alimentar, está muito fragmentada e pouco estruturada. No intuito de reforçar a posição dos agricultores, a Comissão propõe apoiar as organizações de produtores e as organizações interprofissionais e criar circuitos curtos entre produtores e consumidores (sem demasiados intermediários). Além disso, as quotas do açúcar, que perderam pertinência, não serão prolongadas além de 2015.

6. Incentivar as iniciativas agroambientais

É necessário ter em conta as especificidades de cada território e encorajar as iniciativas agroambientais nacionais, regionais e locais. Para tal, a Comissão propõe que a preservação e reabilitação dos ecossistemas e a luta contra as alterações climáticas, bem como a utilização eficaz dos recursos naturais, sejam duas das seis prioridades da política de desenvolvimento rural.

7. Facilitar a instalação de jovens agricultores

Dois terços dos agricultores têm mais de 55 anos. Para apoiar a criação de emprego e encorajar as jovens gerações a investir no setor agrícola, a Comissão propõe criar um novo apoio à instalação acessível aos agricultores de menos de quarenta anos, durante os cinco primeiros anos do projeto.

8. Estimular o emprego rural e o espírito de empreendedorismo

Para promover o emprego e o espírito de empreendedorismo, a Comissão propõe uma série de medidas destinadas a estimular a atividade económica nas zonas rurais e encorajar as iniciativas de desenvolvimento local. Será criado, nomeadamente, um «pacote de arranque» para apoiar os projetos de microempresas, com um financiamento de até 70.000 euros durante um período de cinco anos. Os Grupos de Ação Local LEADER serão reforçados.

9. Tomar melhor em conta as zonas frágeis

Para evitar a desertificação e preservar a riqueza das nossas terras, a Comissão dá aos Estados-Membros a possibilidade de apoiarem mais os agricultores das zonas com desvantagens naturais, através de uma

compensação suplementar. Esta ajuda vem juntar-se aos restantes apoios já acessíveis no âmbito da política de desenvolvimento rural.

10. Uma PAC mais simples e mais eficaz

Para evitar burocratizações desnecessárias, a Comissão propõe simplificar vários mecanismos da PAC, nomeadamente as regras da condicionalidade e os sistemas de controlo, sem perda de eficácia. Além disso, os apoios aos pequenos agricultores serão também simplificados. Para estes últimos, será criado um pagamento forfetário de 500 a 1.000 euros por exploração e por ano. A cedência de terras dos pequenos agricultores que cessam a atividade agrícola a outros agricultores que pretendam reestruturar as suas explorações será facilitada.

Modo de vida sustentável
leva portugueses para o campo

Permacultura atrai cada vez mais adeptos

Em Portugal, tal como no resto do Mundo, a adesão à Permacultura tem sido um fenómeno crescente, notório na multiplicidade de ações de formação que têm sido ministradas de norte a sul do país, de blogues que surgem na internet e até de comunidades que se formam para praticar este modo de vida e fazer a “transição” na sociedade – o chamado movimento **Transition Network**.

<http://permaculturaportugal.ning.com>

A permacultura e a vontade de construir um novo tipo de sociedade assente na gestão eficiente dos recursos, no respeito pela natureza e na vivência em comunidade e paz, tem levado muitos portugueses para o campo para construir as chamadas ecoaldeias e aí praticar uma forma de agricultura totalmente sustentável.

Este regresso à terra está a criar interessantes dinâmicas, não só nas ecoaldeias mas também nas comunidades em redor, com as quais os novos habitantes interagem social, económica e culturalmente.

Além da mediática aldeia de Tamera, no Alentejo, existem várias outras por todo o país, como a ecoaldeia das Amoreiras, também no Alentejo, a Quinta Luskufusku, na Guarda, a Quinta dos Melros, em Tábua, entre outras.

Uma ecoaldeia é uma pequena comunidade de pessoas numa estrutura social coesa, baseada em várias combinações de três dimensões: comunidade, ecologia e espiritualidade.

Nestes espaços pratica-se uma agricultura biológica com utilização mínima de recursos

naturais, uma gestão natural dos recursos aquáticos, arquitetura futurista com materiais simples e um tipo de tecnologia solar passível de ser criada em oficinas modestas. Tudo sem maus-tratos aos animais, sem adubos químicos e sem sementes híbridas. As quatro regras básicas da permacultura são, em termos gerais, o cuidado com o planeta Terra, o cuidado com as pessoas, a distribuição dos excedentes e os limites ao consumo.

Raízes remotas

Sob condições adversas, o engenho humano desenvolveu técnicas para cultivar em desertos, recolher águas da chuva, reduzir a quantidade de lenha para aquecimento, expandir florestas, aproveitar os recursos existentes, mas salvaguardando sempre as necessidades das gerações futuras, lógica que permitiu a sobrevivência da humanidade. Porém, os padrões alteraram-se e esta não tem sido a prática seguida na atual sociedade de consumo, que de sustentável pouco ou nada tem.

Os adeptos da permacultura defendem que é necessário mudar e começar a curar a terra, “por todas as razões do mundo”, como defende o permacultor João Jorge, Arquiteto Urbanista, consultor e formador em Permacultura, em cujas ações de formação já passaram mais de 230 pessoas, na Quinta dos 7 Nomes, em Sintra.

A permacultura veio para ficar e promete conquistar cada vez mais adeptos, conscientes dos problemas que o Planeta enfrenta. Até porque, como preconiza a Fundação de David Suzuki, ambientalista e famoso impulsionador da permacultura, “as soluções estão na nossa natureza”.



Vale do Lima, vale por si

Nos meses de agosto e setembro, a exposição itinerante “Vale do Lima, vale por si” percorreu as festas concelhias dos quatro municípios do Vale do Lima para celebrar o 20º aniversário da ADRIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima.

A exposição, numa estreita cooperação com as autarquias locais, iniciou o seu percurso em Arcos de Valdevez, a 10 de agosto, no Centro Municipal de Informação e Turismo, integrada nas Festas em honra de N. Sra. da Lapa

Dos Arcos seguiu para Viana do Castelo, na Romaria de N. Sra. da Agonia, onde

esteve patente no Pátio das Artes, até 21 de agosto. No dia seguinte, inaugurou em Ponte da Barca, no Solar do Vinhão, na Romaria de São Bartolomeu.

Em Ponte de Lima, a exposição abriu portas a 7 de setembro, na Capela das Pereiras, durante as Feiras Novas. Na ocasião, o presidente da ADRIL, Francisco de Calheiros, salientou a importância da cooperação institucional, da gastronomia e do vinho verde para o reforço da identidade e autenticidade da região.

Com a organização desta exposição, a ADRIL

pretendeu reforçar a divulgação do território, dos produtos locais, artesanato, gastronomia, vinho verde, do património e da oferta turística do Vale do Lima.

Catorze telas guiaram os visitantes pelos sabores da cozinha tradicional à descoberta da história, das artes e ofícios, da cultura e da natureza de cada concelho do Vale do Lima.

Uma oportunidade perfeita para descobrir a identidade, as vivências, a beleza e as tradições do Vale do Lima. Uma iniciativa enquadrada na Abordagem LEADER do PRODER.

Azeméis é Social

A iniciativa, promovida pela ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria, em parceria com o Município de Oliveira de Azeméis, decorreu de 17 a 23 de Outubro, com o apoio da Abordagem LEADER do PRODER.

Divulgar ações e projetos de âmbito social e de voluntariado e refletir sobre temas ligados a várias áreas de intervenção foram os princípios condutores da “Azeméis é Social”.

Sob o lema “Participar, inovar e (des)envolver”, os sete dias de iniciativas procuraram ser um grande fórum de promoção das respostas

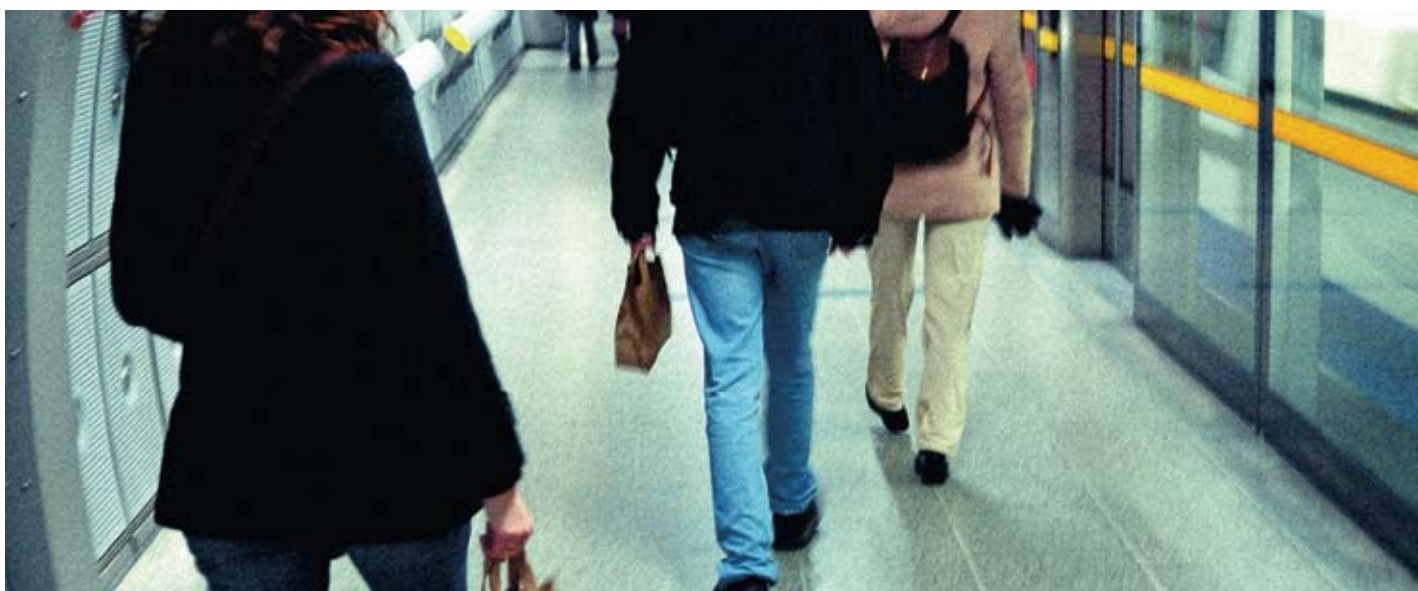


sociais e, ao mesmo tempo, de reflexão e envolvimento ativo dos agentes sociais e da sociedade, tendo em vista uma ação mais eficaz e adequada aos novos desafios.

Inclusão, empreendedorismo, inovação, juventude, multiculturalidade, igualdade de direitos na família, voluntariado e promoção social

dos idosos foram as principais temáticas abordadas.

Este ano, a “Azeméis é Social” incluiu também uma mostra social e de voluntariado, exposições, espetáculos, workshops, seminários, debates, entrega de prémios de mérito social, espaços de solidariedade e saberes visando um desenvolvimento social mais integrador.



Conferência “Economia portuguesa, uma economia com futuro”

Propostas de futuro para a economia portuguesa

Pensar uma estratégia de desenvolvimento para Portugal que dê prioridade ao emprego, à redução da pobreza e do endividamento, e fazer regressar à Economia os referenciais da ética e os contributos de outras ciências sociais foi o mote dado para a Conferência “Economia portuguesa, uma economia com futuro”, que se realizou no dia 30 de Setembro, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Organizada pela rede “Economia com Futuro”, uma rede de investigadores, professores de economia e outras ciências sociais, e cidadãos preocupados com o futuro da economia nacional, a Conferência contou com a participação de oradores de vários quadrantes, preocupados em dar resposta aos desafios colocados nos diversos painéis.

O embaixador Seixas da Costa, com grande sinceridade, surpreendeu a audiência ao afirmar que é “embaixador do país mais pobre da Europa

ocidental”. Perante o espanto geral, garante que isso só o faz lutar ainda mais pela imagem de Portugal e pela superação dos problemas do País.

Portugal e a zona Euro

A dívida soberana, o euro e a capacidade de países como Portugal e a Grécia se manterem no restrito clube da moeda única suscitaram também intervenções, no mínimo, dísparas da corrente dominante.

Sobre a zona Euro, o economista João Ferreira do Amaral não poupou críticas ao sistema que Portugal integra. A solução, para João Ferreira do Amaral, é “a coexistência de uma moeda europeia com moedas nacionais, para as quais seria fixada uma taxa de referência fixa, mas ajustável em relação à moeda europeia, em que seria admissível sob certas condições, o financiamento monetário dos défices públicos”, explicou.

Para o sindicalista Ulisses Garrido não há dúvidas: “A

Europa foi uma ambição, uma aspiração, mas passou a ser uma decepção”. Isto porque, sustenta, a Europa rompeu o compromisso sociopolítico original e o consenso neoliberal vitorioso continua a vingar. “É tempo de juntar as resistências, promover iniciativas, sermos empreendedores. Forçar as reformas necessárias. Por políticas de civilização e de solidariedade. Para um modelo sustentável”, concluiu.

Numa “radiografia” ao estado socioeconómico de Portugal, Manuela Silva, Coordenadora do Grupo “Economia e Sociedade” da Comissão Nacional Justiça e Paz, traçou um cenário que “implicitamente incorpora a previsão de um forte agravamento da desigualdade e da pobreza”, defendendo que para que tal não aconteça é necessário “articular a indispensável reconfiguração das instituições às escalas europeia e global com uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável”.

Esta estratégia, explicou, terá de ter em conta uma aposta deliberada no desenvolvimento local que tenha por destinatários e sujeitos as pessoas e a melhoria da respectiva qualidade de vida nos territórios em que vivem, e a procura da valorização dos recursos locais (naturais, culturais e humanos), envolvendo as Autarquias em projectos inovadores portadores de maior autonomia. É necessário também, acrescentou, fazer o aproveitamento das sinergias da economia social local, qualificando os seus quadros dirigentes e técnicos, e apostar na criação de instrumentos de financiamento local, nomeadamente no acesso ao crédito.

Estes e outros contributos apresentados na Conferência visaram produzir uma renovação do pensamento e discurso económicos, procurando construir soluções com futuro para a economia portuguesa.

A ADRUSE promove empreendedorismo jovem

A ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela concebeu o projeto “Os Jovens da Serra da Estrela no Caminho do Empreendedorismo”, cofinanciado pelo programa FINICIA Jovem e pela Abordagem LEADER, através do PACA – Plano de Aquisição de Competências e Animação.

Este projeto tem como objetivo dotar os jovens de competências que lhes permitam desenvolver a suas capacidades criativa, inovadora, assertiva e mais pró-ativa no desenvolvimento da região e, consequentemente, do país.

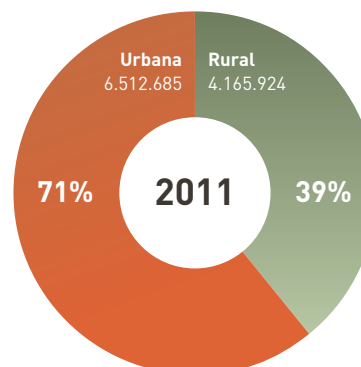
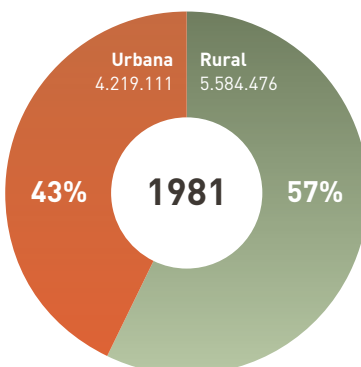
Ao longo do ano letivo, serão implementadas ações que incluem a formação de professores e alunos na temática do empreendedorismo, e culminarão com um concurso de ideias concelhio e um concurso supra-concelhio. Nesta iniciativa serão envolvidas as Câmaras Municipais, as Escolas Secundárias e Escolas Profissionais da zona de intervenção da ADRUSE. Os alunos irão trabalhar conteúdos como a criatividade, inovação, perfil do empreendedor, comunicação, geração de ideias, resolução de problemas, entre outros conteúdos que visem um maior conhecimento da temática e da realidade social e económica local.

Para a ADRUSE, e tendo em conta a sua proximidade ao território e à comunidade local, a região é detentora de um conjunto de potencialidades que podem fazer emergir novas áreas de negócio.

É importante transmitir aos jovens envolvidos neste projeto que o seu futuro profissional pode passar pelos concelhos da Serra da Estrela. Só através de processos inovadores, e com recursos humanos capacitados e qualificados, se poderá promover o empreendedorismo em territórios rurais e de baixa densidade, como é o caso do território de intervenção da ADRUSE.

Sabia que...

Nos últimos 30 anos, em Portugal, a população urbana aumentou 54%, enquanto a população rural se reduziu em 25%



Fusão das autoridades de gestão do PRODER e do PRRN

A nova organização administrativa do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT) baseia-se na fusão de serviços, organismos, estruturas e órgãos que faziam parte da antiga estrutura do ministério e que, devido aos cortes orçamentais previstos, o governo decidiu reavaliar. Esta alteração pretende aumentar a eficiência financeira e operacional com a reestruturação de entidades ao nível organizacional, funcional, patrimonial e de recursos humanos. De acordo com a ministra Assunção Cristas, a reorganização trará poupanças significativas, tendo o Governo “expectativas de poupanças muito significativas no uso dos espaços, libertando alguns espaços para arrendamento ou venda permitindo juntar algumas entidades no mesmo local”. Segundo o MAMAOT, a reestruturação permite também a poupança graças à redução dos cargos dirigentes e à fusão de entidades.

Entre muitas mudanças que se farão sentir em toda a estrutura do ministério, salienta-se que a reestruturação do MAMAOT agrega num só organismo a Autoridade de Gestão do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural e a Autoridade de Gestão

do PRRN – Programa de Rede Rural Nacional. Também a Autoridade de Gestão do PROMAR – Programa Operacional para o Setor da Pesca Português se funde com o recém criado Projeto da Plataforma Continental, sendo integradas assim na DGRNSM – Direção Regional dos Recursos Naturais e Serviços Marítimos.

Na nova orgânica do MAMAOT, os serviços centrais de administração direta são reduzidos de 13 para 9, os organismos de administração indireta de 10 para 7, e os serviços periféricos de 15 para 10. As estruturas de missão, em que se enquadram as Autoridades de Gestão do PRODER, PRRN, PROMAR e PPC, encolhem de 11 para 4 e os órgãos consultivos e comissões de 15 para 7.

A Ministra considerou que a preocupação passa pela reorganização estrutural das entidades e só depois será possível analisar e tomar decisões sobre o que se pode fazer em termos de “eficiência” dos recursos humanos. “Esse é um desafio para os dirigentes: olhar para a nova orgânica e saber como podemos fazer melhor com menos pessoas”, salientou a ministra na conferência de imprensa em que apresentou a reestruturação.

Centro de Apoio ao Desenvolvimento Local da ADRIMAG



A ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira inaugurou, a 22 de setembro, as suas novas instalações, em Arouca.

A cerimónia, celebrando o 20.º aniversário da associação, foi presidida pela ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Além de congratular a ADRIMAG pelo serviço prestado à região, Assunção Cristas registou o seu apreço pelas entidades gestoras do Subprograma 3 do PRODER – Dinamização

das Zonas Rurais/Abordagem LEADER.

A gestora do PRODER, Gabriela Ventura, aproveitou a ocasião para fazer o ponto de situação do Programa, implementado pela ADRIMAG nos concelhos de Arouca, Castelo Paiva, Castro Daire, Cinfães, S. Pedro Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra.

Neste território, os dois períodos de candidatura já abertos permitiram aprovar 4,7 milhões de euros de apoio PRODER, que irão criar 148 postos de trabalho.

Assinalando os 20 anos da associação, completados a

27 de agosto de 2011, o presidente da Câmara Municipal de Arouca e da Direção da ADRIMAG, Artur Neves, enalteceu o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em prol da região, por associados, direção e equipa técnica.

A solenidade ficou ainda marcada por uma homenagem aos associados fundadores e um momento musical pela voz de Isabel Silvestre, reconhecida cantadeira de Manhouce, S. Pedro do Sul, e amiga de longa data de muitos dos presentes.

Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano inicia segunda edição do MOVE PME

Após o sucesso obtido na primeira edição, que apoiou 52 empresas, a Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL) abriu, em agosto passado, as candidaturas para a segunda edição do MOVE PME, programa que pretende Modernizar, Optimizar e Valorizar Empresas, apoiando-as a alcançar padrões de desempenho mais competitivos.

Após a selecção de 26 empresas inicia-se, agora, a fase de levantamento e diagnóstico das mesmas para se definir um plano de acção que será implementado através de formação teórica, sensibilização dos trabalhadores e formação personalizada.

Todos os setores de actividades estão abrangidos, desde o turismo aos serviços, agricultura, comércio, entre outros, devendo as empresas

estar sediadas no território da ADL – o Litoral Alentejano (Alcácer-do-Sal, Grândola, Sines, Santiago do Cacém e Odemira).

Em 2012 irá decorrer um novo período de candidaturas para mais 26 microempresas, que no âmbito do MOVE PME serão acompanhadas até 2013. As empresas interessadas podem fazer, desde já, a sua pré-inscrição junto da ADL.

Monitorização e Avaliação da PAC pós-2013 em debate

Duzentos e trinta representantes dos ministérios da agricultura, agências financiadoras, institutos de estatística, avaliadores, ONG e académicos de todos os 27 Estados-Membros da União Europeia reuniram-se em Bruxelas, a 20 e 21 de setembro, com representantes da Comissão Europeia e restantes instituições comunitárias para a primeira Conferência de Stakeholders sobre Monitorização e Avaliação da Política Agrícola Comum (PAC) pós-2013, organizada

pela Direção-Geral da CE para Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG AGRI).

Apesar de a monitorização e a avaliação poderem parecer temas muito burocráticos, tratam-se de aspetos essenciais na formulação da políticas europeias, pois deles depende a apreciação sobre se as decisões políticas tomadas, neste caso relativamente à reforma da PAC, produziram resultados positivos e, portanto, quais as mudanças necessárias. Na conferência discutiram-se as

experiências de monitorização e avaliação já existentes e as alterações que deverão ser implementadas para melhorar o novo sistema de avaliação para a PAC pós-2013. Entre as questões abordadas incluiu-se a simplificação, a maior coordenação entre as avaliações nos diferentes pilares da PAC, a eficiência de custos e o timing exato do exercício de avaliação.

Ficou claro para todos os participantes que os objetivos do sistema de monitorização e avaliação devem ser os de

melhorar a política e demonstrar as concretizações políticas. Para tal, devem ser delineados objetivos políticos claros, proporcionando uma base sólida para a definição de indicadores relevantes para captar todos os resultados, incluindo impactos, sendo fundamental que as linhas de base para a avaliação sejam estabelecidas antecipadamente.

O novo sistema de monitorização e avaliação deverá ser construído com base nos elementos existentes, mas é imprescindível um olhar crítico sobre o que é necessário em termos de dados e indicadores. Em particular, no futuro só deverão ser recolhidos os dados que serão utilizados, sendo necessário avaliar o custo-eficácia da recolha de dados e integrar os dados existentes em sistemas de informação, para reduzir custos e encargos administrativos, uma preocupação comum a todos, tanto mais que o orçamento da PAC pós-2013 sofrerá uma redução em termos reais relativamente ao período de programação anterior.

Focus Group analisa Estratégias Locais

O Focus Group sobre Conceção e Implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local (FG4), criado pela Comissão Europeia (DG AGRI) no quadro das atividades da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (ENRD), reuniu-se a 18 e 19 de outubro em Lisboa. A reunião teve como objetivos apresentar os resultados preliminares de um questionário feito aos Grupos de Ação Local (GAL) europeus, debater estratégias para o futuro e definir o conteúdo, métodos e desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento local.

É sabido que as conclusões dos Focus Groups anteriores tiveram o mérito de influenciar a implementação das políticas, incluindo a Política de Desenvolvimento Rural. É expectável que o FG4 tenha a mesma influência e que as conclusões dos seus membros tenham um importante papel, servindo como guia para o desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação das Estratégias

Locais de Desenvolvimento (ELD) para o próximo período de programação.

Um dos aspetos que mereceu destaque foi a intenção, já expressa pela Comissão Europeia, de que as ELD tenham um papel mais central no período de programação 2014-2020, esperando-se que possam, em muitos casos, passar a ter uma ótica de multifundos.

Nesse sentido, os participantes na reunião expressaram a opinião de que a ENRD deve garantir que os resultados do FG4 alcancem as Direções Gerais que coordenem outros fundos da UE, nomeadamente o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu Marítimo e das Pescas (EMFF).

As Estratégias Locais de Desenvolvimento foram analisadas de forma detalhada nos três workshops realizados na reunião: Definição do conteúdo da Estratégia de Desenvolvimento Local, Métodos

de Preparação de Estratégias, e Condições e apoios para o desenvolvimento da qualidade de estratégias locais de desenvolvimento.

No primeiro de três workshops realizados, dedicado à Definição do conteúdo da Estratégia Local de Desenvolvimento, ficou clara a absoluta importância da definição da escala do território, assegurando que o local deve permanecer local e não deve crescer para regional. Os participantes defenderam também que deve existir maior autonomia dos GAL na definição de uma ELD, mas que a Comissão Europeia deverá desenvolver um quadro orientação base relativamente à abordagem multifundos.

Foi também referida a importância de incluir indicadores específicos de a avaliação e monitorização como parte da estratégia, tendo o FG4 ficado incumbido de propor uma lista de indicadores para esse fim.

Noutro Workshop, dedicado à discussão dos Métodos de Preparação das Estratégias,

foi assinalada a importância de mobilizar diferentes grupos de stakeholders através do uso de técnicas de participação inovadoras, o que levará à construção de melhores Estratégias, em com as quais as populações e organizações se poderão identificar.

No terceiro Workshop, Condições e apoios ao desenvolvimento da qualidade de estratégias locais de desenvolvimento, foi expressa a recomendação de que desde o início, deve ser disponibilizado aos GAL um quadro claro de regras, regulamentos e oportunidades sobre questões como financiamento, métodos, prazos, avaliação e monitorização.

Dada a complexidade do processo, e a importância de evitar atrasos, deve iniciar-se de imediato o processo de construção das novas regras para os programas de desenvolvimento rural devendo prever-se mecanismos, inclusive financeiros, para fazer face ao período de transição. Relativamente aos GAL, estes devem ser ativamente encorajados a aproveitar as possibilidades de apoio disponíveis e a ser pró-ativos, iniciando a preparação das novas ELD com o balanço e a avaliação das atualmente em curso.

Workshop

Acessibilidade – Contributos para um turismo acessível

Realizado pela ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste, a 19 de outubro, no âmbito do Projeto de Cooperação Transnacional “Rotas sem Barreiras +”, o workshop contou com a participação dos Grupos de Ação Local (GAL) Terras Dentro (Alentejo), ADERCO e CEDECO (Extremadura Espanhola).

Ao todo, 63 profissionais com responsabilidades nas áreas do Planeamento, Ordenamento do Território e Construção, Património e Turismo (41 portugueses, 22 espanhóis) estiveram reunidos para refletir e aprofundar o debate sobre a importância e pertinência do turismo acessível.

Reconhecendo-se que a acessibilidade é um direito de todos os cidadãos, pretendeu-se a sensibilizar organizações e cidadãos para a supressão das barreiras à acessibilidade, enquanto fator de discriminação, e o papel de todos nesta batalha.

As intervenções dos oradores (Pedro Homem de Gouveia – Include Portugal, Ana Peromarta – La Oficina Técnica de Accesibilidad de Extremadura, Clara Mineiro – Programa de Apoio Técnico da Rede Portuguesa de Museus) situaram conceitos e exemplificaram boas práticas em matéria de acessibilidade, nomeadamente no turismo (edifícios públicos, ruas, praças, jardins, património histórico, artístico e cultural, serviços, etc.).

O debate que se seguiu foi bastante animado – ou não se tratasse de uma temática polémica – com algumas intervenções relativas aos princípios da funcionalidade versus arte, aplicabilidade e exequibilidade das normas versus razoabilidade, contribuindo para o aprofundamento da democracia.

Animação Territorial é mais que entreter e agitar

Animação para o Dese

O problema da desintegração territorial – com o despovoamento do espaço rural, as áreas urbanas em “crise”, e a desqualificação e degradação das áreas suburbanas – tornou-se há muitos anos um verdadeiro desafio para os Estados-Membros da União Europeia.

Os governos reconheceram formalmente, em 2005, a existência de um déficit de competências genéricas face à natureza dos problemas atuais, nomeadamente a desestruturação económica e socioinstitucional das comunidades locais, deixando espaço e responsabilidade à sociedade civil.

Só que, por vezes, as iniciativas locais que emergem de forma mais ou menos espontânea não são suficientes ou até as mais adequadas, podendo mesmo concorrer para o agravamento dos problemas ou para inibir o surgimento de iniciativas locais positivas que os possam solucionar. Do mesmo modo, as políticas públicas, quando são aplicadas de forma indiferenciada,

sem atenção às especificidades de cada território, podem tornar-se em mais um fator de aprofundamento dos problemas, em pouco contribuindo para os resolver.

A Animação Territorial surge então como um instrumento ao serviço da comunidade – cidadãos, entidades públicas e privadas – que, agindo num território específico, procura construir respostas para as problemáticas detetadas e que influenciam as populações, mas procurando manter as identidades territoriais, individuais e de grupo, utilizando-as na resolução dos problemas coletivos.

Trata-se então de um processo dinâmico de intervenção social, que implica uma atitude reflexiva ativa e cooperativa, no sentido de responder a um conjunto de problemas e aspetos específicos de um território. As suas dinâmicas têm sempre em conta o contexto geográfico, social, físico, cultural e simbólico do território e dos

grupos que o ocupam, de forma que as mudanças produzidas preservem a sua natureza e identidade.

E toda e qualquer iniciativa de animação territorial tem primeiro de começar por ouvir as comunidades e grupos, valorizando-os e aos seus contributos. Assumindo-os como protagonistas, criando com eles empatia e encontrando uma linguagem que permita a comunicação efetiva.

Resultados efetivos

São vários os projetos de animação territorial implementados ao longo do território nacional, num esforço de colmatar as carências e dificuldades que em cada local se fazem sentir. As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm, a par de outras entidades, tido aí um papel muito importante. O próprio LEADER, que as ADL têm a responsabilidade de aplicar nos seus territórios, é em si mesmo uma metodologia de Animação

Territorial. Apesar dos constrangimentos que a Abordagem LEADER atual impõe ao trabalho de Animação Territorial, que tem agora de estar contido nos Planos de Aquisição de Competências e Animação (PACA), o trabalho desenvolvido ao longo dos 20 anos de experiência de aplicação do LEADER levaram a Comissão Europeia a propor que a nova Política Agrícola Comum (PAC) aposte mais na Animação Territorial como ferramenta de desenvolvimento rural.

Esta proposta resulta da constatação de que apesar de ser difícil a quantificação objetiva dos resultados dos projetos de Animação Territorial, estes constituem uma ferramenta de grande valor para fomentar o desenvolvimento dos territórios. A inexistência de métricas próprias para avaliar os resultados da Animação Territorial tem constituído um obstáculo para que aqueles que têm uma visão mais tecnocrática do desenvolvimento possam

Alentejo Litoral: uma rede de casas

Em 1999, numa das mais bonitas e subaproveitadas sub-regiões do país, o Alentejo Litoral, nasceu um projeto destinado a promover o território ao nível da atividade turística, combatendo a sazonalidade da procura, bem como a pressão sobre o litoral.

O objetivo central era promover, diversificar e articular a oferta turística sustentável, como forma de rentabilizar os recursos existentes, captar novos investimentos, criar emprego e melhorar as condições de vida da população, fixando-a.

Assim, com o apoio da Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, os proprietários de um conjunto de casas antigas de arquitetura simples e forte influência islâmica localizadas na serra ou perto do mar, foram contactados e encorajados a formar a Rede Turística “As Casas Brancas”, a qual subscreveu uma Carta de Qualidade e se constituiu como associação, em 2002, inicialmente com 10 alojamentos. Hoje chama-se Casas Brancas – Associação de Turismo de Qualidade do Litoral



envolvimento

compreender as suas virtudes. Isto porque os resultados da Animação Territorial são, num primeiro momento, essencialmente imateriais: o dinamismo, a capacidade de iniciativa, a vontade de cooperar, etc.

Num segundo momento, que não é necessariamente cronológico, pois pode ser concomitante com o primeiro, surgem os resultados “mensuráveis”: criação de empresas, melhoria das qualificações das pessoas, projetos de cooperação, etc. Mas dada a multiplicidade de variáveis presentes, pois um território não é um ambiente laboratorial em que se possam isolar as variáveis, torna-se difícil estabelecer relações causais entre as ações de animação e os resultados constatados.

O caso das estratégias de animação voltadas para a integração económica é disso um bom exemplo. Neste âmbito, a Animação Territorial desenvolve um conjunto de atividades viradas para a mudança do contexto local

(desenvolvimento local) e promoção do desenvolvimento económico – construção de uma visão estratégica para o território, projeto de mudança mobilizador dos agentes locais, criação de novas organizações, envolvimento das instituições e populações em esforços coletivos, organização coletiva da comercialização, distribuição e marketing, organização de novas formas de financiamento, etc. Há, assim, todo um trabalho de animação a realizar antes que os frutos deste apareçam (pelo menos os mensuráveis). Só depois, quando o território apresenta um maior dinamismo económico, se pode apreciar os resultados do trabalho desenvolvido. É um processo que implica um investimento longo e persistente, mas com o potencial de transformar os territórios de forma duradoura e sustentável.

Alentejano e Costa Vicentina e conta com 61 sócios, incluindo restaurantes e animação turística. Desta forma, os proprietários das casas que inicialmente, com mais ou menos recursos, faziam esforços para a sua recuperação, embelezamento

e viabilização económica, contornaram as dificuldades próprias das iniciativas isoladas: no acesso à informação e aos apoios, nos licenciamentos e na divulgação e captação de clientes.



TAGUS organiza 10.ª Feira Nacional de Doçaria Tradicional

No âmbito da sua estratégia de animação do território através da gastronomia e dos produtos locais, a TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior organizou, em conjunto com a Câmara Municipal de Abrantes, a 10.ª Edição da Feira Nacional de Doçaria Tradicional. Neste certame, que decorreu no centro histórico de Abrantes entre 28 e 30 de outubro, a doçaria tradicional, as bebidas licorosas e as compotas do nosso país estiveram à prova, tendo sido apreciadas não só por muitos abrantinos mas também por numerosos visitantes. No primeiro dia de feira, utilizando como mote a expressão culinária “Claras em Castelo”,

a organização desafiou os participantes a escrever um testemunho ou desabafo num pequeno retalho de pano que foi revestido com claras de ovos, com o objetivo de recordar a antiga tradição monástica de engomar os tecidos com claras de ovos. Este ano, o recinto de exposição foi ampliado e reestruturado, o que possibilitou a presença de cerca de quatro dezenas de stands. Segundo Pedro Saraiva, coordenador da TAGUS: “a mudança serviu para responder ao aumento da procura de espaços expositivos por parte dos produtores e para que os visitantes disponham de um local para degustarem os seus doces sem perder a animação”.

Recomendações do Projeto Anim@te

No âmbito do Projeto Anim@te, de que a Federação MINHA TERRA foi entidade parceira, desenvolvido com o apoio da Iniciativa Comunitária EQUAL, foi possível realizar uma reflexão aprofundada sobre a Animação Territorial, as suas práticas, dificuldades, mais-valias e formas de a potenciar. Esta reflexão levou as organizações participantes a formularem um conjunto de recomendações para incorporação nas políticas públicas:

- Reconhecer a relevância das funções socioeconómicas da Animação Territorial, dado que a fraca expressão de iniciativas locais nos territórios orientadas para o seu crescimento e promotoras de uma cidadania ativa é um problema de política pública;
- Reconhecer a relevância das organizações com competências nesse domínio, inclusive criar condições para a sua constituição e reforço de entidades que possam incorporar funções de animação para o emprego e o desenvolvimento nas suas missões;
- Promover a intensificação da cooperação de base territorial entre municípios e Associações de Desenvolvimento Local;
- Promover a aprendizagem e desenvolvimento de competências em Animação Territorial, dotando os técnicos/as das organizações de formação adequada.

<http://animate.org.pt>



A Hora da Controvérsia... Jovens em debate

Aprendendo a ser futuros agentes de desenvolvimento

“A Hora da Controvérsia – novas práticas educativas para a construção de uma região solidária” trata-se de um projeto concebido pela Dueceira – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça no âmbito do “GAL-ELOZ. Entre serra da LOusã e Zêzere” o qual abrangeu, na sua fase de teste, um total de 680 alunos e 50 professores das Escolas do 2.º e 3.º Ciclos, Secundárias e Profissionais do seu território.

Implementado em 12 estabelecimentos de ensino dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares, o projeto consistiu na criação, em cada escola, de espaços para os jovens

onde estes usufruíram de momentos de reflexão, partilha, debate e tomada de decisões, objetivando-se a construção de uma identidade e atitude pró-ativa em torno do território.

O desenvolvimento do projeto em torno de temáticas atuais e que preocupam e estimulam os jovens, incentivou-os no fortalecimento da sua autoestima, expressão pessoal e opinião, permitindo-lhes apontar ideias e soluções para os problemas do seu dia a dia e das suas comunidades. Para dinamizar este processo, o Grupo de Ação Local recorreu a animadores/formadores externos, tendo em equipa com estes idealizado de raiz uma metodologia inovadora, em torno da conceção e utilização de atividades lúdico

pedagógicas e em articulação com os conteúdos curriculares dos diferentes ciclos e com os próprios objetivos definidos na ELD – Estratégia Local de Desenvolvimento.

Na sequência do projeto, a segunda fase evoluiu para a acreditação da metodologia através de protocolos com os Centros de Formação do Ministério da Educação visando a formação direta de professores, 140 até à data, em formato de oficina de formação de 30 horas cada e com recurso a manuais e plataforma próprias de e-learning. A formação de docentes permitiu que estes, enquanto agentes educativos, adquirissem competências específicas que incentivam uma atitude individual e coletiva ativa através da promoção dos conceitos

de solidariedade, da cidadania, de educação ambiental e do desenvolvimento local e sustentável.

Os resultados do projeto têm sido animadores pois, para além, de existir interesse na sua continuidade por parte das escolas abrangidas, a Hora da Controvérsia tem vindo a permitir aumentar quer os conhecimentos, quer as competências para uma intervenção mais eficaz no seio da comunidade educativa, bem como a possibilitar o aumento das estratégias de ação, sempre numa visão de futuro de criar nos jovens alunos elos com a sua terra (lançando a semente) e a vontade para permanecer e agir em prol de um futuro melhor e para a sua região.



Prémio de Empreendedorismo e Inovação “anima” região Centro

“Para voar só é preciso uma boa ideia”. Partindo deste princípio, três entidades – AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, Crédito Agrícola de Cantanhede e Mira e Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia – lançaram o Prémio Inovação e Empreendedorismo.

A ideia começou a ser trabalhada pela parceria há dois anos, indo ao encontro aos objetivos estratégicos de cada uma das entidades em promover o empreendedorismo e a inovação na região, explica Mário Fidalgo, diretor executivo da AD ELO.

O Prémio Inovação e Empreendedorismo pretende valorizar projetos relacionados com a biotecnologia e com aplicabilidade empresarial, que contribuam para a competitividade e desenvolvimento integrado da região Centro. Contudo, a iniciativa, cofinanciada pelo Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro, através do Inov.C, não se esgota na atribuição do prémio (financeiro), abrangendo outras componentes, de forma a criar sinergias no seio da parceria.

Na vertente Empreendedorismo, a intenção de criar condições para apoiar o negócio através de instrumentos de apoio dinamizados pela

AD ELO, nomeadamente o Subprograma 3 do PRODER – Abordagem LEADER.

Após uma análise das 12 candidaturas apresentadas a concurso, abrangendo variadas áreas de atividade (indústria farmacêutica, construção civil, segurança alimentar, iluminação artificial, distribuição, produção de ómega 3, etc.), o júri, composto por elementos da AD ELO, CA Cantanhede, das universidades de Coimbra e de Aveiro e da Federação MINHA TERRA, entregou, dia 21 de outubro, o prémio “Empreendedorismo” à Vetdiagnos.

“Incubada” no Biocant Park, a empresa, criada há um ano por uma jovem veterinária, pretende ser um laboratório de referência na área da saúde animal e segurança alimentar, apostando em soluções integradas, com base num software inovador e parcerias estratégicas, com as universidades e outras entidades.

Estão já lançadas as bases para tornar este prémio um marco na promoção da sustentabilidade, inovação e desenvolvimento da região Centro, procurando contagiar a comunidade empresarial e universitária para a importância da inovação e do empreendedorismo.

Maravilhas da Gastronomia convertem-se em projeto de animação

As Maravilhas Gastronómicas da Região de Leiria, projeto de parceria do território da ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, apoiado pelo LEADER, surgiu com o objetivo de divulgar e promover as “Artes Culinárias” desta região.

Com a ADAE como entidade promotora, e o Turismo de Leiria-Fátima e os municípios da Batalha, Leiria e Marinha Grande como participantes, este projeto desenvolveu um conjunto de atividades de animação do território em torno da gastronomia, com o concurso nacional “7 Maravilhas da Gastronomia” como mote. Utilizando as “7 Maravilhas” como elemento catalisador numa estratégia de animação mais global, a própria candidatura foi construída através de iniciativas que mobilizaram os restaurantes e a população, e que culminou na seleção de 7 Maravilhas da Gastronomia Regional, submetidas depois ao concurso nacional.

Os pratos selecionados foram a Morcela de Arroz de Leiria, a Sopa do Vidreiro da Marinha Grande, os Chicharos com Bacalhau Assado de Santa Catarina, o Arroz de Marisco da Praia da Vieira, o Cabrito Serrano de São Mamede, o Leitão assado da Boa Vista e as Brisas do Lis de Leiria, fazendo prova dos estreitos laços da gastronomia com os produtos agropecuários e a cultura da região.

Com a consagração do Arroz de Marisco da Praia da Vieira como uma das 7 Maravilhas da Gastronomia portuguesa, o projeto não se ficou por aí, tendo continuidade com a organização de um conjunto de atividades de promoção, valorização e divulgação da gastronomia regional.

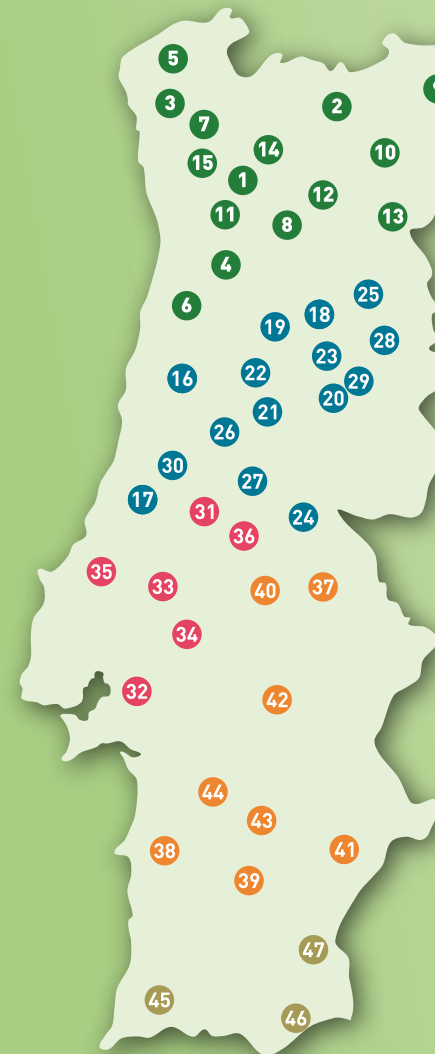
A primeira ação realizou-se a 27 de setembro, Dia Mundial do Turismo, no qual o Arroz de Marisco foi o elemento central de uma iniciativa promovida por todos os restaurantes da Praia da Vieira, que divulgaram este prato como um renovado elemento mobilizador da identidade, atraindo visitantes e dinamizando a economia local.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

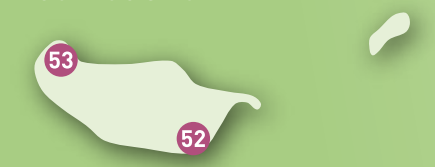
Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT
www.adrat.pt
- 03 AD RIL
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM
www.adriem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.pt
- 11 DOLMEN
www.dolmen.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt
- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADD LAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 AD RUSE
www.adruse.pt
- 24 AD RACES
www.adraces.pt
- 25 RAIA HISTÓRICA
www.raiahistorica.pt
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadersor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaicoguadiana.pt
- 48 ADELIACOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 ADRAMA
www.adrama.org



Camilo Mortágua é uma personalidade incontornável do Desenvolvimento Territorial e da Animação Territorial. Tendo sido um ativo militante antifascista, o que lhe valeu a condecoração de Grande Oficial da Ordem da Liberdade da República Portuguesa, após o 25 de abril iniciou a sua intervenção no desenvolvimento local e esteve ligado ao LEADER desde a primeira hora. Tem trabalhado como animador, dinamizador e consultor de práticas de Animação Territorial, em vários países da Europa, África e América Latina, a mobilizar pessoas e grupos socialmente desprotegidos para a sua auto-organização no combate à pobreza, na organização de comunidades em risco de exclusão e na assessoria a programas e projetos de desenvolvimento local.

Estimular para

“A animação é uma coisa que é como o fósforo, quando o riscas estás a animar, acendeu-se e vai apagar-se rapidamente. E se estiveres no escuro tens de puxar por outro.”

Como vê hoje os territórios rurais, o seu desenvolvimento e as suas potencialidades?

Não há grande diferença de como os via há 20 anos ou como os vejo hoje. Se calhar hoje as contradições são mais evidentes, mais visíveis, porque há uns anos atrás ainda havia muita duvidade, nos termos e nos conceitos. Mas a grande mudança é que se começa a perceber que os territórios rurais são indispensáveis à sociedade industrial e urbana. Durante muito tempo pensou-se que a tendência natural das coisas seria haver mais cidades, maiores cidades, mais urbanas. As pessoas juntar-se-iam nas cidades e, de vez em quando, iriam dar um passeio fora.

Finalmente está a compreender-se que não é nada assim, e que, pelo contrário, se não houver vida e atividade nos meios rurais, os meios urbanos não sobrevivem. Portanto, não podem existir duas civilizações, uma a par da outra. Não é possível.

A sociedade urbana, como sociedade de consumo, só é possível se houver

uma sociedade de produção. E como a produção vem dos meios rurais – desde os minerais aos alimentos ou aos combustíveis...

De maneira que a resposta à questão é: os territórios rurais são indispensáveis à existência dos grandes centros urbanos e à concentração urbana.

Mas isso não os remete a um papel de serem apenas fornecedores, retirando-lhes uma carga de vida própria e de potencial de desenvolvimento?

O problema é diferente. Do meio rural e, diria eu, da cultura rural, chega-nos à cidade um certo tipo de produtos e um certo tipo de qualidade. Quando hoje se fala da segurança alimentar, quando se fala da dependência, isto tem a ver com a matriz rural. Porque se aplicássemos à produção alimentar a lógica e abordagem do urbano, do consumidor urbano licenciado, não poderíamos falar de segurança alimentar, não podíamos falar em nada disso. Ou seja, há aqui uma importante questão que é a

qualidade daquilo que comemos, que no fundo resulta naquilo que somos.

É por isso que hoje, ainda de maneira muito cuidadosa, a medo, estão a dar-se alguns pequenos passos para as políticas europeias em relação ao desenvolvimento rural.

Porque a grande escala origina a grande concentração, a grande concentração origina a pouca qualidade e o ganhar dinheiro a qualquer preço. A grande concentração, ao nível da produção, da distribuição e da transformação, origina desemprego. E origina também uma outra coisa que é a grande dicotomia entre o setor primário e os outros setores.

É preciso perceber algumas dessas coisas, e é por isso que porque sou muito crítico. Acho que deveríamos trabalhar muito mais estas ideias, discuti-las, estar muito mais à vontade na análise desses problemas.

É por isso é que quando se fala em publicação, em comunicação, etc., eu acho que se calhar não há dinheiro, não há recursos... Não sei se é só



a ação

isso. Mas uma das grandes valências da Federação [MINHA TERRA] é ter uma atitude mais ativa, pró-ativa, no sentido de abrir a discussão, de pôr a reflexão em dia. Porque a gente sabe que se ficar à espera que as iniciativas venham... Bom, não vêm.

Essa ideia de ficarmos à espera das iniciativas remete-nos para a animação territorial? Será necessário estimular as pessoas para que elas tomem a iniciativa?

Será necessário a animação e o estímulo territorial. Quando a gente fala aí com um aristocrata desses clássicos e falamos em animação, animação para o desenvolvimento... Bem, a atitude já começa mudar, mas ainda persiste a de achar que, quando estamos a falar-lhe de animação, estamos a ver se arranjamos uns trocados.

Já me sucedeu integrar uma etapa de animação num projeto e alguém me dizer, “mas o que é isto da animação?” E eu respondo, “se você não sabe, não deve ter muito filhos”. Porque se

dissermos que o nosso corpo é um território, ouça lá, como é que você anima o seu território? Como é que o anima para reprodução? É dito e feito? Não há animação nenhuma? Aquilo vem sem animação ou precisa de uma certa animação para fecundar?

É a mesma coisa: a animação pre-dispõe à ação. E sem ela muitas vezes não se chega à ação. Fica-se na especulação teórica sobre a ação, ou sobre o amor, ou sobre o acto, mas não se chega lá. Enquanto que com a animação chega-se.

E como é que se faz essa animação nos territórios?

A animação depende do território. Ou seja, o território não se anima, isto é, as pedras, as areias, as árvores, aquilo que há no território não se anima. A gente só pode animar as pessoas. E essa é outra questão, pois animar as pessoas é uma atividade imaterial e os responsáveis, sobretudo os políticos, não gostam nada dessa atividade, porque é uma atividade que não dá votos, que não se vê.

“Os territórios rurais são indispensáveis à sociedade industrial e urbana”

E se no território já não há muito poucas pessoas estamos tramados. Porque, por muito que as animemos, já não tem escala suficiente para conseguirmos alterar as coisas. Ou então, mesmo com poucas pessoas é possível, mas é preciso olhar a longo prazo e com persistência. Ora, nesta história dos projetos, o menos que há é o longo prazo: os projetos são de dois anos, quatro anos; quando se fecha a torneira ao fim de quatro anos, acabou o projeto. Quando aquilo estava a precisar de mais uma injeçãozinha para chegar à meta, não há, fica por ali.

Num território onde há um número razoável de pessoas, é sempre possível trabalhar.

Mas que ações concretas é que se pode fazer?

Tantas quantas a imaginação puder conceber. Tudo pode servir para animar, para pôr a pessoa a mexer-se, a fazer qualquer coisa, a acreditar no dia de amanhã, etc. Pois este problema não é uma questão de técnica, eu estou convencido disso, é uma questão de atitude.

Se te levantas e ao levatares-te disseres “o que é que eu vou fazer hoje?”, e a resposta for, “hoje vou fazer o mesmo que fiz ontem”, porque estás satisfeito, estás contente. Mas há outro que se levanta e diz “eu hoje, para gostar do dia de hoje, tenho de fazer alguma coisa

diferente daquilo que já fiz.” Então isto entusiasma, porque é mais uma coisa. Vou fazer uma coisa que nunca fiz, vou conhecer alguém que ainda não conheci, não é uma repetição absoluta. Não é acomodar-se àquilo que já foi feito.

Quando se tem essa inquietação dentro, a pessoa arranja todos os dias mais uma razão para viver, e viver com alguma satisfação. Eu não quero fugir à questão, muito concreta, porque eu gosto das coisas bem diretas, mas para isto tenho de dar exemplos.

Vou dar um exemplo num contexto de pobreza absoluta, num contexto africano. Eu sou chamado, “venha cá explicar a estes moços como é que se faz animação. Porque o que nós queremos é desenvolver e valorizar as comunidades rurais”. Muito bem, 60 a 80 jovens para irem animar as aldeias e as comunidades rurais. E aí temos que começar por perceber quais são as motivações, quais são as capacidades, quais são as carências, etc. E é preciso partir muita pedra, para ver se chegamos a algum lado.

Neste caso as aldeias não tinham autoridade nem governo, havia gente nas aldeias mas não havia mais nada, nem eletricidade, nem professores, nem água, nem médico, nem transportes, nada! E então, estavam já preparados para fazer aquele discurso clássico, que é dizer assim “é preciso eletricidade, e o resto...”

Mas eu disse, “olhe lá, então e organização não é preciso?”. Mas ninguém achava que essa coisa da organização fosse uma necessidade, numa aldeia, composta por 3000 a 5000 pessoas.

“Então o país tem um governo?” Resposta, “tem, sim senhor!” “E a aldeia tem governo?” Resposta, “não senhor, não tem!” “Então como é que a gente arranja um governo para a

“Tudo pode servir para animar, para pôr a pessoa a mexer-se, a fazer qualquer coisa, a acreditar no dia de amanhã”



aldeia?” E aí começámos a discutir e acabámos numa conceção de governo para a aldeia, não única, mas de referência, que depois cada aldeia pudesse adaptar.

“E recebem muitas cartas?” Resposta, “não senhor”. “Então a família que está na Europa, às vezes não escreve?” “Não senhor.” “E se houvesse uma caixa postal lá na capital, e fosse lá alguém da tabanca de oito em oito dias e distribuísse o correio na tabanca?” Resposta, “ah, isso era muito bom, mas como é que se faz isso?”

“Então e as hortas, quem é que faz as hortas? Quem é o ministro da agricultura da aldeia?” Resposta, “não tem”. Chegámos à conclusão que era preciso Ministro da Educação, Ministro da Agricultura, Ministro da Economia, o Ministro do Género... Eram 12 Ministros identificados.

“Mas e há esses poderes na aldeia? Quem são?” Resposta, “é o homem grande, são os chefes religiosos...” E eu disse, “esses que são os grandes na aldeia, esses são o poder político da aldeia, mas a gente vai arranjar um executivo.” E daí nasceu um Comité de Desenvolvimento Integrado da aldeia. Com um coordenador, que é o Primeiro-Ministro, que se ocupa das finanças e da economia da aldeia, e os responsáveis setoriais, que são os ministros.

E começando a descascar a banana do que se podia fazer e do que faltava fazer, e daquilo que mesmo sem recursos externos era possível ir fazendo, as pessoas começam a descobrir coisas pelas quais se podem responsabilizar e esse é um processo de animação.

Um outro exemplo, e este de cá. Numa aldeia, aparecem-me umas dez senhoras, na casa dos 70 a 75 anos, a dizer que queriam que as apoiasse para

“Com o LEADER, pela primeira vez no mundo se entregou dinheiro público para ser dirigido por grupos da sociedade civil. E isto é uma mudança completamente radical, que era impensável antes do LEADER”

comprar umas fardas para organizarem um grupo musical. E eu disse, “oiça lá, o que é que vocês querem fazer? Têm 70 ou mais anos!” E a resposta foi, “ah a gente queria organizar um grupo.”

Apoiou-se o grupo, deu-se umas blusas, umas saias, umas coisas que já nem sei o que eram. E passados uns seis meses, eu voltei lá: “então D. Angelina como é que estão?” Resposta, “muito melhor, a gente agora já não vai à farmácia, não ficamos doente. A gente vem para aqui, damos à língua, falamos umas com as outras, ensaiamos, etc. E agora não há doença que nos chegue.”

Ou seja, se podes perspetivar na cabeça das pessoas pequeninos avanços, coisas que dão melhor viver, até podemos dizer que são coisas que dão felicidade. É certo que estás animando o território, só que na cabeça dos planificadores isso não é nada, são porcarrias, porque ainda não descobriram o que é.

Ou bem que é animação para o desenvolvimento, e isso é com as pessoas,

ou então é animação para o crescimento, e isso é com os técnicos que planificam as estradas e os grandes projetos. Porque isso é crescimento, mas desenvolvimento é com as pessoas, e só pode ser com as pessoas, mais nada.

E para se fazer animação para o desenvolvimento que agentes locais é fundamental existirem?

Sem isso não se vai a parte nenhuma. Agora, os agentes locais não são necessariamente locais, o que é preciso é que tenha sensibilidade e vocação, para ser cúmplice das intimidades locais. Se vieses aqui ao Alvito e fores de fora, isto não tem nada, é um deserto. Mas se for alguém que queira mesmo mergulhar, sabem quem são os paparceiros, quais são as contradições que existem entre um grupo e outro, quais são os cafés estratificados por classes – os pobres vão aquele, os mais remediados vão a outro. Todas essas intimidades sociais dos territórios rurais só são perceptíveis se há alguém disposto a entrar nessa intimidade.

As Associações de Desenvolvimento Local têm procurado ter agentes de animação territorial. É o tipo de entidade que faz sentido ter desenvolverem essa intervenção?

Isso é muito complicado, porque cada caso é um caso.

Chega-se a uma Associação de Desenvolvimento Local e pede-se para falar com o Diretor ou o Presidente, em que por acaso, como na maioria, o Presidente é também Presidente de uma Câmara: “Sr. António, a gente está aqui para poder planificar uma formação aqui da equipa técnica, para poder aumentar conhecimentos”. E diz o Sr. António, “sabe, aqui na nossa Associação, isto tem uma direção que

dirige bem, pois o coordenador sabe o que está a fazer e os nossos técnicos também sabem. Porque essa história da formação? Cada um sabe o que anda a fazer. Não vale a pena estar a perder mais tempo.” Esta atitude, umas vezes explícita outras vezes implícita, é a atitude da maioria.

Estas contradições paralisam a evolução. Porque os técnicos das associações, já tinham mas hoje muito mais, têm receio do que lhes possa acontecer. E pronto, encolhem-se o mais possível.

Mas referiu que cada caso é um caso, há também outros casos?

Há casos em que os coordenadores das equipas são pessoas que adquiriram, nas relações com os chefes, um poder de decisão suficiente para dirigir com alguma autonomia. E, nesses casos, às vezes acontecem coisas interessantes.

Num artigo referia que mataram o LEADER. Nesta componente da Animação Territorial o LEADER teve algum papel no desenvolvimento da Animação?

O LEADER é a única e grande iniciativa do desenvolvimento rural que a Europa foi capaz de conceber. Houve alguém, uma pessoa que não é nenhum génio nem iluminado, mas que andou a fazer esse trabalho de animação no terreno durante alguns anos e viu as dificuldades. E teve a felicidade de o chamarem para a Comissão Europeia, para conceder um programa. O homem valeu-se da sua experiência, do seu conhecimento do real e concebeu uma coisa, passe o termo, “do caraças”. E a Comissão Europeia lançou a iniciativa.

Mas o problema, e desculpem lá mas são questões de ordem política, o

problema é que uma grande iniciativa capaz de favorecer realmente o desenvolvimento do meio rural europeu é um inimigo do caracas, para todos os setores da Europa dominantes na política europeia. Ou seja, os tipos que na Europa estão a tratar de concentrar tudo, para serem donos do mercado europeu ao nível da distribuição, da comercialização, etc., esses poderes têm que ver neste projeto LEADER geral um inimigo.

Não é que haja muito dinheiro para apoiar coisas diferentes, é porque há aqui algum processo que é...

Não quero usar palavrões e chavões, mas o grande capital está aí. Chamemos a isso o que a gente quiser, há muitas designações. Batem-se contra o LEADER os grandes agricultores franceses, alemães, etc. As Nestlés, os Monsanto, todos os grandes grupos. E os pequenos, como cá em Portugal, os nossos agricultores que têm 500, 1.000 ou 2.000 hectares, esses venceram que também eram grandes, e alinharam nesta questão. Como o LEADER não os contemplava a eles, era para abater. Porque o LEADER não permitia apoios à produção agrícola diretamente.

Com o LEADER, é preciso não esquecer uma questão importante, pela primeira vez no mundo se entregou dinheiro público para ser dirigido por grupos da sociedade civil. E isto é uma mudança completamente radical que era impensável antes do LEADER. Era impensável que viesse dinheiro público a ser entregue a grupos de sociedade civil para dirigir com o argumento de que os grupos locais da sociedade civil, geriam melhor o dinheiro do que os Ministérios, do que o aparelho do Estado.

Mas a questão é: o que é o desenvolvimento rural? Desenvolvimento rural é dar dinheiro para fazer um restaurante? Um turismo rural? É dar dinheiro? Isso é que é desenvolvimento rural? Há muita gente que diz que é, e eu digo que também pode ser, mas não é o essencial.

Qual é o essencial?

Quando se fala em território e territorial, qual é o contraditório desta noção? É setorial. O que é que se fez nos últimos 25 ou 30 anos em relação à abordagem territorial ou à abordagem setorial. Até hoje continuam a apoiar-se fileiras, setores e não territórios. Portanto, apesar de tudo isso, estamos ainda muito aquém para que se perspetiva para 2014-2020 que existam políticas territoriais. Ainda não estou muito convencido.

Imagine que há alguém que chega à câmara e diz: “tenho ali um terreno e queria fazer ali um empreendedorismo turístico de turismo rural”. A câmara analisa e autoriza. E ele constrói ali o seu projeto de empreendedorismo turístico. Dois dias depois, num terreno ao lado, um proprietário que está em

“Fazer desenvolvimento rural é ter a noção de espaço e de tempo articulando o seu território numa rede coerente de atividades”

Lisboa e tem muito dinheiro vai à Direção Geral de Turismo e diz que quer construir um hotel rural.

Ou seja, como é que é possível ter uma abordagem territorial quando não há uma autoridade territorial? Para o mesmo território, há 10 ou 15 autoridades. Esta é a base da questão.

Desenvolvimento territorial é quando há uma entidade, uma estrutura, seja o que for, que é capaz de olhar para o seu território como um puzzle e cria coerência nas coisas. E não fica à espera, porque esse é também um dos males do LEADER e de certas equipas, que têm dinheiro e ficam à espera que aparece alguém que queira gastar.

Fazer desenvolvimento rural é ter a noção de espaço e de tempo articulando o seu território numa rede coerente de atividades.

E o processo de Animação Territorial pode ser essa forma...

É também isso. A questão da velocidade hoje é se calhar um dos maiores vícios que se infiltrou. Temos de andar depressa. Saber muito e conhecer muito. De tal maneira que o que aprendemos agora, daqui por cinco minutos já é velho. Tem de se apreender outra coisa e depois mais outra coisa e outra coisa. E a animação é uma coisa que é como o fósforo, quando o riscas estás a animar, acendeu-se e vai apagar-se rapidamente. E se estiveres no escuro tens de puxar por outro.

É preciso acender vários...

E sem desistir. Se vale ou não vale a pena a Animação. Há coisa de 15 dias entrei numa aldeia com toda uma comitiva de estruturas, digamos assim, para falar com pessoal da aldeia, sobre um projeto e aparece lá o chefe, o tal homem grande e diz “sejam bem-vindos, que nosso senhor vos acompanhe. Mas nós aqui não queremos falar mais de projetos. Enquanto não soubermos ler e escrever, não queremos falar mais de projetos. Já compreendemos que enquanto não soubermos ler e escrever, não vale a pena fazer outros projetos.” Então, pergunto eu, vale a pena falar de Animação ou não vale?

Eu penso que quem desvaloriza o trabalho da Animação é o meio universitário. Porque acha que a Animação não é uma ciência. A Animação não se pode fechar dentro dos muros da universidade, não se pode fechar dentro



dos templos do saber e do conhecimento e como não se pode fechar, eles perdem o controlo.

Porque não se passa o conhecimento de modo vertical, de cátedra?

É evidente que eu penso que numa equipa de Animação multidisciplinar faz falta alguém com uma bagagem tecnológica que potencie os aspetos técnicos de cada coisa, seja da economia, seja do que for, mas em complemento. O essencial não é isso. Pode haver isso se houver a sensibilidade e a vocação para o relacionamento e para a cumplicidade com quem lá está, porque se não existir não adianta nada.

Há uma questão interessante que é, pode animar-se o desenvolvimento de um território sem crescimento económico? Ou seja, trabalhar as ideias, trabalhar os conceitos, trabalhar o endógeno, etc., mas não haver melhoria económica? Isso é possível? Eu digo, dificilmente. Tudo depende daquilo que a gente chama de atividade económica, digamos assim. Porque isso dava-nos umas horas longas de discussão, o meu bem-estar pessoal é um valor económico? Há quem diga que sim e há quem diga que não.

É por isso que eu digo, sem criar novas atividades económicas, sem acrescentar materialmente qualquer coisa, é possível animar um território, mas com mais dificuldade do que se além do pau vier a cenoura.

PROTAGONISTAS DA ANIMAÇÃO TERRITORIAL

- 1 O que é e para que serve a Animação Territorial?
- 2 Quais os principais obstáculos ao seu desenvolvimento?
- 3 O que deve ser feito para a



Eduardo Miguel Ventura

1 A Animação Territorial serve para explorar o potencial de um território e fazer emergir novas dinâmicas que aí estejam presentes, sejam essas dinâmicas sociais, culturais ou económicas, de diferentes áreas de atividade mas necessárias a um desenvolvimento integrado de uma região.

2 Muitas vezes, e tenho que falar no nosso caso da ADIBER, é a falta de pessoas. Porque para que a animação possa atingir todos os seus objetivos, para que possa envolver e ter dimensão, é necessário haver massa crítica que a justifique e que promova essa mesma relação.

No nosso território, numa região interior afetada pela desertificação humana, de facto, a maior dificuldade que nós temos é encontrar aqui essas pessoas que consigam envolver-se nas dinâmicas que pretendemos imprimir ao território, embora tenhamos um conjunto de parceiros que estão empenhados em ultrapassar esses mesmos constrangimentos. A falta de pessoas obriga, inclusive, a um maior esforço por parte dos parceiros.

3 Devemos conseguir o máximo de parceiros possível de diferentes áreas, promovendo o seu envolvimento no sentido de conjugar essas áreas para que, de forma complementar, possam ultrapassar as dificuldades que se instalam. Ou seja, criar aqui uma dinâmica integrada, em que todos os parceiros olhem para o lado e vejam de facto um complemento nas diversas atuações e não concorrência. Que sejam capazes de introduzir inovação nos seus processos de desenvolvimento e inovação na sua própria atuação de forma a ultrapassar as dificuldades.

Portanto, muitas vezes não é apenas a falta de recursos financeiros que é o principal constrangimento, embora esses recursos sejam muito importantes. Mas aquilo que eu identifico com mais premência é a vontade e a disponibilidade de pessoas que possam contribuir para esses processos de animação, que são fundamentais para o desenvolvimento dos territórios e que permitem efetivamente ligar e identificar novas oportunidades.

Eduardo Miguel Duarte Ventura
é Presidente da Direção
e Coordenador da equipa técnica da ADIBER.



José Manuel Henriques

1 Sempre se pensou que, alternativamente a construir estradas, desenvolver polos de desenvolvimento, organizar incentivos para a produção de atividades industriais, a chave para o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, mais periféricas ou em estruturação, deveria progredir na sua própria capacidade de iniciativa e organização na mobilização prioritária dos seus próprios recursos. Só que embora isso estivesse reconhecido e afirmado, não ficou suficientemente claro ao longo dos tempos como é que se agia no sentido de suscitar a emergência da capacidade de iniciativa e organização quando ela não ocorria de forma espontânea.

A oferta sobre a animação territorial começa exatamente quando se põe a questão de como agir. Poderá ser por iniciativa da administração central, local, de formas organizativas da sociedade civil. Quando uma entidade se propõe a agir no sentido de suscitar essa forma de organização da capacidade de iniciativa territorial que facilite a mobilização integral de auto-recursos em qualquer região, assim surge a ideia de animação territorial.

2 Há obstáculos de natureza muito diferente. Mas talvez eu destacasse uma insuficiente capacidade de perceber quais os problemas de desenvolvimento a partir da ação de base territorial.

A ideia de que o ponto zero da ação também é o ponto de chegada de processos que concorrem para essa inibição da capacidade de iniciativa de organização, e que isso tem a ver com o funcionamento da sociedade em geral, é difícil de compreender. Como equacionar o ponto de partida da ação é um aspecto importante, que

não é dissociável daquilo que são os nossos paradigmas de referência, as teorias e os conceitos com os quais lidamos, o discurso que existe sobre as questões do desenvolvimento regional e a forma que isso se repercute na maneira como nós lemos o que são os problemas de desenvolvimento.

3 Pode concretizar-se em planos diferentes. Antes de mais, as questões no plano da organização, da capacidade de iniciativa, que se prendem em última análise com as formas de governança: como é que as entidades públicas e as entidades de sociedade civil, sejam elas com ou sem fins lucrativos, se podem organizar para promover o desenvolvimento. Por outro lado, há ações mais substantivas que se prendem com o próprio processo de mobilização de recursos, e aí também se prendem questões de nível conceptual – o que é o desenvolvimento, o que é um recurso, como é que se mobiliza – mas que têm tradução direta na mobilização de recursos tanto para a produção alimentar, como para o empreendedorismo e a criação de empresas, como para o desenvolvimento de competências visando o trabalho por conta de outrem, como para a reanimação da economia local. Ou seja, um conjunto de domínios de intervenção que muitas vezes não são óbvios à luz dos paradigmas convencionais, mas que têm como critério fundamental a ideia de partir das necessidades humanas e da sua insatisfação, e a mobilização prioritária dos recursos que estão disponíveis para dar resposta a essa insatisfação.

José Manuel Henriques é Professor
Auxiliar do ISCTE-IUL.

RESPONDEM A TRÊS QUESTÕES FUNDAMENTAIS

promover?



Rogério Roque Amaro

1 A Animação Territorial é um processo que visa no essencial criar condições para uma comunidade, quer se trate de uma comunidade já com algumas iniciativas suas quer de uma comunidade mais passiva, para que essa comunidade desenvolva iniciativas que a tornem mais ativa, que desenvolva ações coletivas de defesa do seu território. No fundo, visa capacitar a comunidade ou os seus membros para que ela possa ser sujeito e protagonista dos seus próprios processos de desenvolvimento, das respostas aos seus problemas.

2 Normalmente têm a ver com os valores da própria sociedade. Os valores são por norma pouco propícios à ação, à capacidade de iniciativa dessa comunidade. É a própria forma como a sociedade está organizada que inviabiliza este processo. Outro obstáculo está relacionado com a tentação das pessoas das comunidades se resignarem, tornarem-se passivas, acomodarem-se; ou até, eventualmente, limitarem-se a reivindicar e não tomarem uma atitude mais positiva, mais transformadora. Em terceiro lugar, outro tipo de obstáculo tem a ver, muitas vezes, com as atitudes dos designados por agentes de Animação Territorial, que em vez de promoverem e autonomizarem, tendem a perpetuar o seu próprio poder de técnicos e animadores, e não mobilizam da melhor forma para provocar essa autonomia, essa capacitação da comunidade. Portanto são estes três tipos de obstáculos mais macro, na forma com a sociedade está organizada, mais micro, ao nível da comunidade, das pessoas e da tentação de se acomodarem, e a prática dos agentes que, em vez de animar, desanimam. Ou pelo menos não animam frequentemente.

3 O ideal será proporcionar momentos de formação coletiva e de reflexão sobre os problemas que existem no território, na comunidade. Portanto, fazer com que o processo de aprendizagem seja um recurso da própria reflexão crítica na procura de soluções. Ou seja, o ideal é criar dinâmicas de reflexão coletiva sobre os problemas da comunidade, sobre as necessidades, e a partir daí desenvolver, promover ou incentivar ações coletivas que deem respostas a esses problemas, mas que ao mesmo tempo desenvolvam ações reivindicativas junto de quem deve resolver o problema.

Portanto, o tipo de estratégia deve ser de criação de coletivos de reflexão e ação, através de promoção de reuniões, sempre a partir de um programa completo com o qual a comunidade se identifique e que reconheça como um problema seu. A isto deve juntar-se uma ação individual junto de cada membro, mais informal, de dinamização um a um, no sentido de criar condições nesse coletivo para que as pessoas se possam exprimir, se possam aconselhar umas com as outras e assim criar uma dinâmica que não atropela ninguém, que passa por um trabalho mais informal ao nível individual.

Rogério Roque Amaro é Economista e Professor Associado do Departamento de Economia do ISCTE-IUL.



Isabel Benedito

1 A Animação Territorial é uma intervenção num território que implica necessariamente uma abordagem integrada de base territorial e que pressupõe sempre o envolvimento e a participação dos atores locais. A forma de intervir deve visar o diagnóstico de problemas com vista ao planeamento e ao desenvolvimento de planos de ação para um determinado território, e deve pressupor sempre a avaliação das intervenções. Estas têm de ser específicas, ajustadas e adaptadas a cada um dos territórios, sempre numa base territorial, o que implica necessariamente um trabalho muito dinâmico, numa ótica integrada segundo os vetores social, económico, cultural e ambiental. Já há algum tempo que é reconhecido que a nível local se encontram respostas mais acertadas para aquilo que são as problemáticas dos territórios, como o desemprego, o empreendedorismo ou a construção de novas formas de governação. Mas se é a nível local que se encontram e se devem trabalhar as respostas a essas problemáticas, também é verdade que as políticas públicas não são ainda suficientes para que haja esta organização a nível local. A Animação Territorial serve, então, para fazer emergir e consolidar essas iniciativas locais.

2 Muitas vezes os obstáculos residem na cultura organizacional, em alguma resistência no que toca à capacidade de trabalhar em conjunto. Há algumas entidades que centralizam decisões e, portanto, é necessário trabalhar a questão da autonomia. Por vezes há conflitos organizacionais que têm de ser mediados, negociados e resolvidos. Ao nível de algumas organizações de carácter mais associativo e cultural, muitas vezes encontramos alguma

imaturidade no ponto de vista da intervenção e isso também é preciso ser trabalhado.

É necessário existir abertura para a participação, para o trabalho em conjunto, porque todos têm um papel, que não cabe a um só protagonista, cabe a todas as entidades.

Se falamos na criação e na sustentação de processos de Animação Territorial de base local, é preciso referir que muitas vezes não existem recursos financeiros e técnicos que nos permitam avaliar estas questões, pois para todos os obstáculos é preciso acompanhamento técnico, o que implica trabalhar a questão da qualificação das pessoas e das organizações.

3 É necessário trabalhar a construção da sustentabilidade destas formas de intervenção. Ao nível dos parceiros, é preciso estimular a cooperação e o trabalho em rede. Tem de existir um constante estímulo a esse trabalho em rede ao nível do diagnóstico, da definição da estratégia para o território e da implementação dessa estratégia. Mas para isto tem de se trabalhar a qualificação dos técnicos e das organizações, pois as questões da capacitação, da formação e do acompanhamento técnico são fundamentais.

Isabel Benedito é Coordenadora da equipa técnica da ESDIME.



Empreendedorismo Rural

Governança e Animação Territorial

O conceito de Governança tem evoluído tendo em vista aprofundar as condições que garantem um Estado eficiente. Tal preocupação deslocou o foco da atenção de preocupações sobre as implicações estritamente económicas da ação estatal, para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública. Consequentemente, a capacidade de governação não é apenas avaliada pelos resultados das políticas governamentais, como também pela forma como o poder é exercido.

Aqui destacam-se dois aspetos: a ideia de que uma boa governança é fundamental para o desenvolvimento sustentável, na medida em que integra no crescimento económico, a equidade social e direitos humanos; as questões relacionadas com os processos na consecução das metas governamentais, incluindo aspetos como: o formato institucional do processo de decisão, a articulação público-privada

na formulação de políticas, a participação privada nas esferas de poder.

A globalização, processo não exclusivamente económico, mas envolvendo aspetos sociais, políticos, culturais e pessoais, promoveu a mudança da relação Estado-Sociedade, no papel Estado Nacional e a reconfiguração nas suas relações no cenário internacional, deixando clara a importância da governança neste novo contexto mundial.

Isto não significa que deva existir uma governança sem governo, ou seja, que se evolua para uma predominância de atores e instituições supra ou sub-estatais ou não estatais, mas sim que a governança seja um meio/processo capaz de produzir resultados eficazes e legítimos, na medida em que participado por diferentes atores, como Associações de Desenvolvimento Local (ADL), Organizações Não Governamentais, outras or-

ganizações e movimentos da sociedade civil, empresas, etc.

Governança Local

A iniciativa local e as condições organizacionais e institucionais da auto-sustentação da ação estão no centro da reflexão sobre a articulação territorial das políticas públicas e sobre as formas de governança local que possam contribuir para a melhoria dos seus resultados. Mas, as iniciativas locais não tendem a emergir sempre “espontaneamente”, pelo que é necessária a Animação Territorial.

A experiência dos projetos e parcerias de desenvolvimento que integraram a Rede Temática “Animação Territorial e Setorial”, e posteriormente a Comunidade de Prática Anim@te – no quadro do Projeto Anim@Te, desenvolvido no âmbito da Iniciativa Comunitária Equal (2008-2009) – constituíram um contributo no aprofundamento da reflexão e produção

de conhecimento sobre o papel, as formas e a importância da animação nos processos de desenvolvimento territorial e a sua articulação com a Governança.

Neste contexto, foi possível perceber que “a Animação Territorial faz-se com as pessoas e grupos, num território específico que determina as problemáticas e as soluções para os problemas, através de uma reflexão teórica e de uma resposta cooperativa, que se materializa na tentativa de resolução efetiva e contínua das questões que a cada instante afetam as populações e territórios, mantendo identidades territoriais, individuais e de grupo.”

O processo de governança é, pois, um processo de construção, que pode apresentar falhas e erros, principalmente se ocorrer sem o suporte da animação territorial. Como evitá-los? E que papel tem o Governo neste processo, tanto ao nível da sua construção, como na sustentação e legitimidade da ação coletiva?

Territorialização é fundamental

Em Portugal não tem existido um reconhecimento da importância da iniciativa local, havendo apenas o financiamento (nacional e/ou comunitário) da ação coletiva, através de projetos circunscritos no tempo. Isto promove a descontinuidade da ação e uma lógica da “solavanco” às intervenções.

Já existem algumas medidas de política que promovem a criação de estruturas de governança territorializada: Redes Sociais, Conselhos Municipais, Agendas XXI, etc. Contudo, nem estas estão implementadas por todo o território português, nem têm, na maior parte dos casos, financiamento para o seu funcionamento, das parcerias de ação (despesas com deslocações, custos com recursos humanos, etc.) ou dos projetos/serviços/respostas propriamente ditos. O funcionamento destas estruturas de parceria e governança pressupõe uma função de “animação territorial”, que poderia ser delegada nas ADL, contratualizada e devidamente remunerada pelo Estado, visto que estas têm desenvolvido estas competências naturalmente, pelos objetivos que prosseguem e pelas metodologias que utilizam.

Por outro lado, e apesar da importância da territorialização das respostas/serviços/projetos, importa não esquecer que estes podem e devem ser articulados com outros territórios, numa lógica supramunicipal, regional, nacional, ou mesmo transnacional. Tal deve-se à possibilidade de fomentar a criação de soluções comuns, que sirvam mais do que um território, aproveitar/rentabilizar recursos ou de mobilizar/transferir competências/criar sinergias, práticas comuns nas ADL.

O Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), extremamente limitador e focalizado nas questões da qualificação da população, com uma estrutura rígida que em nada prevê a animação territorial, deixa muito pouca possibilidade de financiamento e capacitação para a ação coletiva das organizações da sociedade civil.

Contudo, os diferentes instrumentos de política que concretizam as “estratégias de eficiência coletiva” consagradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) pressupõe o recurso a mecanismos de animação territorial e com incidência em espaços de tipo variado, desde bairros urbanos críticos (“Parcerias para a Regeneração Urbana”) a áreas rurais de baixa densidade (“Provere”) pelo que importa, agora e no final desta programação, avaliar os agentes, as metodologias e os resultados.

A abordagem LEADER continua a ser reconhecida como um modelo de governança a continuar no próximo período de programação comunitária, modelo em que são integradas metodologias de Animação Territorial. Não seria tempo de o Estado Português sustentar as ações coletivas promovidas pelas ADL para além dos programas comunitários?



Raquel Hilário

Licenciada em Psicologia, responsável pela Formação, Educação e Ação Social na ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano.

Animação territorial na Serra do Caldeirão

Alavanca para a promoção do Desenvolvimento e da Cidadania



A Associação In Loco assumiu a partir de 1988 a intervenção iniciada na Serra do Caldeirão pelo Projeto Radial três anos antes.

Esta mudança representou a autonomização da equipa de intervenção relativamente ao Instituto Politécnico de Faro, que serviu de quadro institucional ao lançamento do Projeto Radial, com um grupo de cidadãos e cidadãs a afirmar, clara e formalmente, o seu compromisso de ação face a um território ameaçado pela desertificação humana e natural, resultante, em grande medida, da marginalização social, cultural e económica a que foi votado pelos poderes políticos.

Para o grupo de intervenção inicial, a Serra era a face escondida do Algarve, com as suas agruras e dificuldades, seguramente, mas também com os seus muitos segredos e recursos por explorar. Só que a identidade negativa do território não era apenas o resultado da projeção exterior, tinha-se transformando numa perceção profundamente interiorizada pelos “serrenhos” (nome que a si próprio se dão as pessoas da Serra do Caldeirão).

Se o conceito e a prática de Desenvolvimento Local pressupõem, a par da potenciação de todos os recursos de um território, a mobilização das suas comunidades, organizações, serviços e empresas, era ainda mais evidente, no caso da Serra do Caldeirão, que o processo de desenvolvimento exigia que as pessoas fossem colocadas no centro das preocupações: o desenvolvimento tinha de ser feito com elas, através delas e para elas.

Ou seja, o processo de desenvolvimento tinha de ser profundamente participativo e empoderador, visando a qualidade de vida, claro, mas apostando, igualmente e com a mesma intensidade, na promoção e qualificação das pessoas, sabendo que apenas estas, enquanto produtoras da sua vida e história, poderiam garantir sucesso e sustentabilidade às dinâmicas a gerar.

Mas como desencadear e alimentar a transformação de pessoas inseguras e descrentes, porque desvalorizadas pelos poderes instituídos e pela sociedade, em cidadãos e cidadãs capazes de assumir os seus deveres e de reivindicar os seus direitos?

Optou-se por uma estratégia assente em três linhas de ação indissociáveis, que não são sucessivas no tempo, mas concomitantes:

- aposta na animação territorial;
- investimento seletivo na formação;
- reforço da organização.

A formação visa qualificar pessoas e estruturas para a conceção, lançamento, gestão e avaliação de projetos. Pode ser para criar uma pequena empresa, melhorar a qualidade de um produto local, lançar um centro de atividades para crianças, reativar uma associação comunitária...

A organização visa a estruturação interna dos projetos e entidades e a sua articulação eficaz com o exterior. No caso de uma empresa local, por exemplo, é preciso enquadrar o coletivo na procura da forma de funcionamento adequada aos seus valores e objetivos, mas também é necessário apoiá-lo nos processos de coordenação com outras empresas similares ou complementares do território, de articulação com fornecedores

e de preparação para a comercialização dos seus produtos.

Que papel cabe à animação territorial nesta estratégia?

A animação é a componente permanente e extensiva que permitia criar um espaço e um tempo favoráveis à instalação de um clima de confiança, à troca de ideias, à afirmação das pessoas, à emergência de projetos... À consolidação de uma dinâmica capaz de suplantar a desesperança e a apatia.

Por outras palavras, a animação alarga o horizonte dos possíveis. Não admira que as pessoas envolvidas afirmassem o seu desejo de “ser mais”.

Enquanto vertente que tem de envolver todo o território e estar presente ao longo de todo o processo de intervenção, a animação territorial pode assumir muitas formas: reuniões comunitárias, fóruns de reflexão, festas locais, feiras e festivais...

No caso da intervenção realizada pela In Loco na Serra do Caldeirão vale a pena registar um dos mecanismos mais poderosos de animação territorial: a Rede de Técnicos de Animação Local, criada na fase de arranque do primeiro projeto financiado pelo Programa LEADER (1992).

Os técnicos e técnicas que a integram são oriundos do território e asseguram uma presença permanente em todas as freguesias alvo de intervenção. Cabe-lhes: (a) difundir a informação sobre os projetos desenvolvidos pela In Loco, mas também sobre os programas e mecanismos que podem apoiar, financeira ou tecnicamente, as iniciativas das

pessoas e das entidades locais; (b) recolher e fazer chegar à In Loco toda a informação relevante em termos de deteção de necessidades, de iniciativas e de projeto; (c) apoiar tecnicamente a conceção de projetos e a formulação de candidatura, enquadrar a execução dos projetos, mediar o relacionamento dos promotores com autarquias e serviços públicos; (d) favorecer a emergência e concretização de novas iniciativas através do apoio aos seus promotores; (e) dinamizar o tecido associativo e empresarial do seu mini-território; (f) mobilizar e apoiar a participação dos produtores e produtoras locais em feiras e mercados no território ou na região; (g) colaborar na organização de ações de formação e mobilizar para a sua frequência as pessoas que delas podem beneficiar; (h) participar na caracterização social e económica do território e contribuir para a concretização de estudos e projetos de investigação-ação.

A execução de um conjunto tão diversificado de tarefas requer um perfil de competências complexo, uma atitude interveniente e uma postura de serviço. Por isso, a In Loco apostou e aposta num processo de formação-ação dos elementos da sua rede, desenvolvido a par e em articulação com a intervenção no terreno, procurando garantir que a formação dá resposta às necessidades de qualificação que vão emergindo e que os sucessos na ação concreta mobilizam para novas aprendizagens.

Há que dizer, no entanto, que os recursos financeiros necessários ao funcionamento de uma rede deste tipo, ao desenvolvimento das tarefas de animação referidas e à qualificação dos técnicos e técnicas que a compõem é cada vez mais difícil, para não dizer impossível. Infelizmente o investimento na animação territorial surge cada vez mais, aos olhos dos decisores políticos, como um luxo que não podem sustentar ou mesmo como uma opção sem rentabilidade à vista.



Maria Priscila Soares

Licenciada em Filosofia, coordenadora do Centro Novas Oportunidades da In Loco.

ROTA DO FRESCO, NO ALENTEJO

Conheça o património natural e cultural de uma das regiões mais belas do país

Conhecer a pintura mural alentejana em igrejas, ermidas e capelas... É o convite da Rota do Fresco.

Os programas de visita, de meio-dia, dia inteiro ou vários dias, além de permitirem o acesso a este património arquitetónico habitualmente fechado, convidam também à descoberta dos produtos locais, a gastronomia regional, o cante alentejano...

Para uma manhã, as propostas são...

A **Rota Manuelina**, com visitas aos frescos quatrocentistas da 1 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Alvito – o exemplo mais importante de todo o concelho e o mais erudito de toda a Rota do Fresco – e da Ermida de S. Sebastião, um exemplar de pintura mural atribuível à Oficina de José de Escobar.

A **Rota Barroca**, descobrindo o diálogo secreto entre frescos em tetos e azulejos historiados nos alçados de algumas igrejas da cidade de 2 Évora.

Contemplar os admiráveis frescos das ruínas romanas e Santuário de S. Cucufate, na 3 Vidigueira – o único núcleo pictórico da Rota do Fresco que permite fazer uma viagem a um passado bastante longínquo – e, depois, deliciar-se com os sabores da gastronomia local.

E, nas noites escuras do sul, a **Rota do Fresco ao Luar** leva-o a descobrir as diferentes campanhas de pintura da Ermida de S. Neutel em 4 Vila Nova da Baronia, que não deixam um centímetro de superfície virgem, o fresco renascentista da Igreja Matriz de Alvito e os frescos da Er-



1 Ermida de S. Sebastião (Alvito)

mida de S. Sebastião. No final, uma ceia ao som do cante alentejano como recompensa.

De um dia, seis percursos, exploram um ou vários concelhos do Alentejo...

Terras do Fresco do Sul. Durante a manhã veja por si próprio os resultados de uma campanha de conservação e restauro que revelou pinturas de santos por baixo de camadas de cal, numa esquecida ermida do século XVI, na 5 Capela de S. Brás de Portel, e conheça o percurso histórico de S. Cucufate, de villa romana a santuário cristão, com vestígios de pintura mural de diferentes épocas. À tarde, depare-se com a herança dos primeiros barões de Portugal, interligada com a história do fresco alentejano, no Alvito, e termine a jornada ao som do cante alentejano, e ao sabor de um gaspacho ou açorda de tomate, conforme a época.

Terras do Fresco do Centro. Partindo da 6 Ermida de Santa Bárbara de Borba, pequena ermida que guarda no seu interior imagens e histórias de figuras sagradas, numa paleta de cores típica do fresco alentejano, comungue do ambiente de clausura do Convento das Servas de Cristo e passeie pelo claustro do Convento das Chagas de 7 Vila Viçosa, à descoberta das pinturas patrocinadas pelos Duques de Bragança. Já no 8 Alandroal, após pausa para almoço num restaurante regional, merece ser visitado o Santuário de Nossa Senhora da Boa Nova de Terena e a Igreja da Misericórdia, com a capela primitiva, exposição de bandeiras processionais e sala de autópsias. No final, está previsto o contacto com artesãos locais e poetas populares.

Vidas de Santos. Em Borba, tanto ermidas puras como opulentas igrejas retratam, à exaustão, as vidas de santos mártires de grande devoção em pinturas a fresco expostas em largas superfícies. A Ermida de Santa Bárbara, o Convento das Servas de Cristo, as igrejas de S. Bartolomeu e de Santiago de Rio de Moinhos e o Antigo Solar dos Fidalgos Sousa Carvalho Melo são as propostas deste itinerário que ainda prevê a visita às pinturas murais da Casa do Terreiro do Poço, prova de vinhos e queijos e representação dos bonecos ditos de Santo Aleixo.

Duques e Duquesas. Este percurso permite conhecer a influência que o ducado brigantino teve na paisagem

cultural de Vila Viçosa, com a constituição de um legado que, ainda hoje, marca esta terra alentejana. Visitar as pinturas murais do Convento das Chagas (atualmente Pousada), das igrejas do Convento de N. Sra. da Esperança, de Santo António, de N. Sra. da Piedade e do Santuário de N. Sra. da Conceição é sentir o privilégio de entrar em lugares patrocinados pelos Duques e Duquesas de Bragança ao longo dos séculos, e descobrir os espaços de fé e de poder desta linhagem real.

Do Sol e da Lua. É no Alandroal que a inconfundível luz do dia na planície alentejana e a escuridão imensa da noite se encontram na



Ateliê do fresco



Detalhe de fresco



Detalhe de fresco



pintura mural a fresco: como se as abóbadas das igrejas refletissem a própria abóbada celeste, representações do Sol e da Lua, símbolos de uma profunda devoção à Virgem, encham o céu. O Santuário de N. Sra. da Boa Nova de Terena, a Ermida de N. Sra. das Neves, a Ermida de São Bento e a Igreja da Misericórdia são os locais a visitar para o efeito.

À vela de Portel. Soltar as amarras e conhecer um outro



Detalhe de fresco



Ateliê de olaria



Ateliê de tecelagem

se por este tipo de decoração e de catequização religiosa no nosso país, anteriormente tão desvalorizado.

Ignorado durante séculos, o fresco é hoje um dos tesouros do Alentejo... A oferta é generosa e a visita perfeitamente justificada...

lado do Alentejo, com calma e paz, é o desafio desta rota que propõe deslizar nas novas águas do Alqueva, entrar na Igreja da Amieira, e a Capela de S.

Brás, e contactar com produtores locais (de azeite ou mel, conforme a época).

Os programas mais alargados, de três e cinco dias, propõem percorrer quase todo o Alentejo com o fresco como objetivo. Os "tours" combinam três ou cinco das rotas, de forma diversa, em

que a visita às pinturas murais é pretexto para conhecer a história de vilas e cidades, perceber a paisagem envolvente e experimentar a hospitalidade da região.

A Rota do Fresco oferece ainda a possibilidade de criar uma rota à medida do interesse do visitante, experiências temáticas (sob a forma de ateliês ancorados nos saberes-fazer locais – olaria, tecelagem, doçaria regional, fresco) e programas especiais nas épocas festivas.

As rotas são acompanhadas por um intérprete do património e realizáveis em várias línguas, além da portuguesa.

A Rota do Fresco é uma Rota Sem Barreiras. Isto é, acessível a pessoas com mobilidade reduzida.

O projeto nasce em 1999, na sequência de uma investigação da Historiadora da Arte Catarina Valença Gonçalves sobre o núcleo de pintura mural de Alvito. Depois de três anos de gestão voluntária encabeçada pelo município de Alvito, a Rota é integrada em 2002 na AMCAL, na sequência da adesão ao projeto por parte do concelho de Viana do Alentejo. No final de 2008, o projeto Rota do Fresco, passou a ser gerido pela Spira – Revitalização Patrimonial, Lda., empresa de consultoria patrimonial sediada em Alvito.

Dada a grandeza e complexidade da iniciativa, requerendo o recurso a diferentes linhas de financiamento para a sua implementação, o apoio do Programa LEADER+, através da associação Terras Dentro, foi determinante.

Além da edição do Roteiro Rota do Fresco, com descrição e explicação dos diversos exemplares de pintura mural visitáveis, em 2003, a AMCAL – Associação e Municípios do Alentejo Central produziu folhetos e um vídeo sobre cada uma das rotas e, ainda, um outro roteiro, em 2006, designado Terras do Fresco.

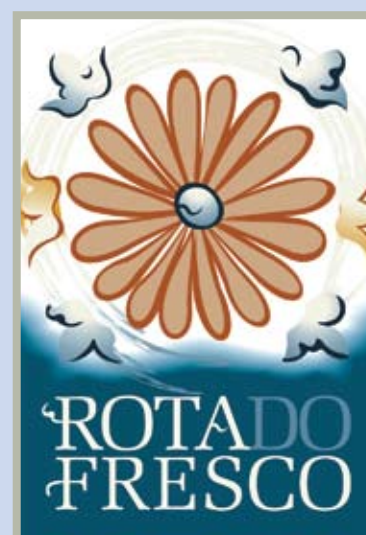
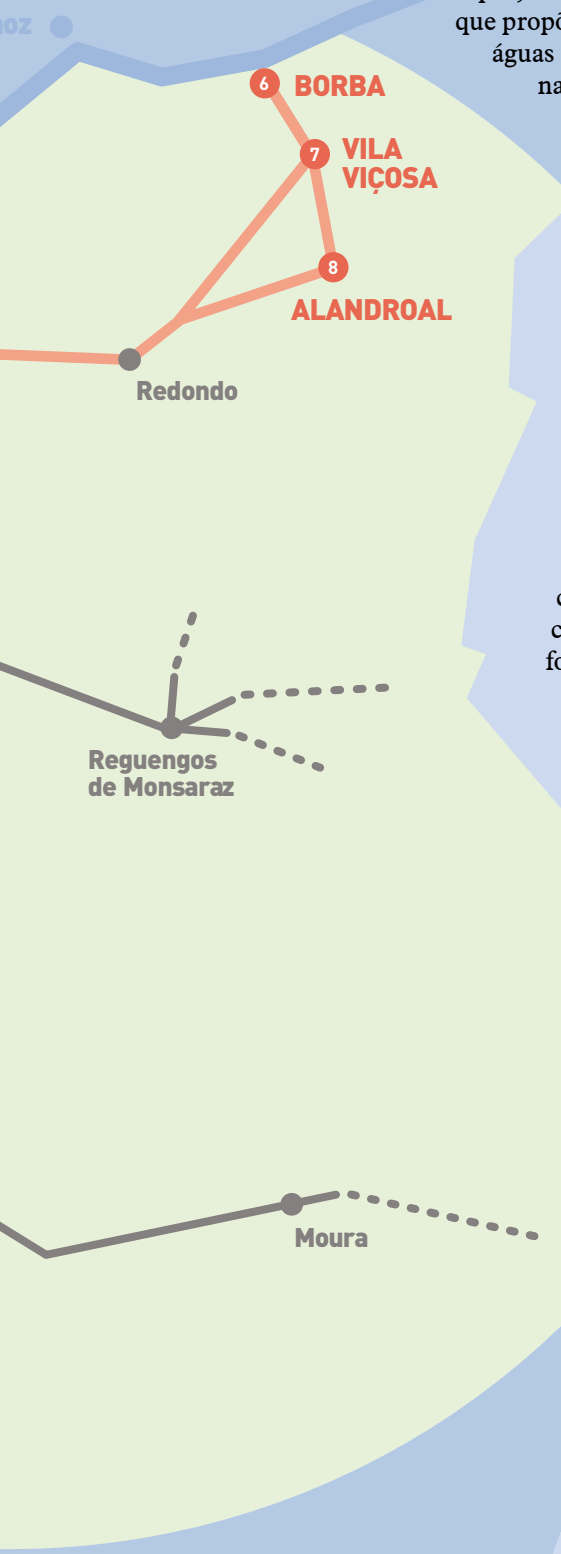
Tendo por base a extensão cronológica e espacial deste tipo de revestimento arquitetónico em cinco concelhos, a Rota do Fresco abriu-se a novos territórios, em 2010, contemplando incursões a outros conjuntos murais em Borba, Alandroal e Vila Viçosa.

Ainda este ano está previsto mais um reforço territorial, através da implementação da Rota do Fresco nos concelhos de Aljustrel, Beja, Castro Verde, Moura, Serpa e Barrancos – territórios de intervenção das associações Alentejo XXI e Rota do Guadiana.

O LEADER associa-se assim uma vez mais ao projeto, com duas candidaturas ao Subprograma 3 do PRODER a decorrer (naquelas associações) e uma outra já aprovada, através da Terras Dentro, apoiando a edição de materiais de divulgação e promoção da Rota do Fresco.

Divulgar, preservar e revitalizar este património – que apresenta traços únicos relativamente aos restantes núcleos pictóricos do país – continua a ser o principal objetivo da Rota do Fresco.

À medida que se vai conhecendo mais e melhor a pintura mural alentejana, vai também crescendo o interes-



ENTIDADE GESTORA DA ROTA

Spira – Revitalização Patrimonial, Lda.
R. 5 de outubro, 20
7920-368 Vila Nova da Baronia
T. +351 284 475 413
M. +351 911 158 698

www.rotadofresco.com
info@rotadofresco.com

Fresco: técnica de pintura exclusiva da pintura mural, executada sobre um revestimento mural ainda fresco (não seco), cujos componentes são a cal, obrigatoriamente, e uma carga inerte (areia, pó de mármore, etc.) ou ainda sobre um revestimento do tipo estuque (cal e gesso). Os pigmentos são aplicados sem qualquer aglutinante, em suspensão na água, e é a carbonatação da cal que vai fazer a fixação dos pigmentos, formando-se à superfície uma película de carbonato de cálcio com os pigmentos incorporados. O tempo que o pintor tem para pintar no reboco fresco é limitado e como normalmente as áreas de intervenção são grandes aplica-se o reboco por partes para que se possa pintar enquanto fresco. Na pintura a fresco, os acabamentos finais de modulação de volumes e carnações e retoma de desenho são pintados a seco.

Fonte: Roteiro Rota do Fresco, AMCAL, 2003.



Forno Comunitário Azinhal

“O auxílio da Raia Histórica para a candidatura do forno comunitário foi fundamental para que essa obra se pudesse levar a bom termo.”

Maria Odete dos Santos,
Presidente da Junta
de Freguesia do Azinhal

O forno comunitário era um edifício que existia na aldeia desde o séc. XIX, onde toda a população ia cozer o pão que consumia, num espírito de partilha e comunhão do espaço pela comunidade. Depois, com a evolução do tempo e com as melhorias tecnológicas, começaram surgir padeiros que vendiam o pão de terra em terra e que foram conquistando a clientela da aldeia do Azinhal. Com este processo o forno foi ficando esquecido pela população ali residente e deixou de ser utilizado. O edifício ficou em ruínas, praticamente abandonado.

A Junta de Freguesia do Azinhal decidiu candidatar o projeto de recuperação do forno ao LEADER, para o que contou com o apoio da Raia Histórica. Como era um projeto de máxima importância para o património arqueológico e etnográfico da região, este foi aprovado e foi possível restaurar o forno.

A recuperação foi feita mantendo toda a sua traça tradicional, de modo a preservar o edifício e a sua função primária, tendo em vista a sua utilização por parte de toda a população da freguesia, bem como uma nova função de teor museológico e visitável sob o ponto de vista turístico. Como o edifício tinha grandes dimensões o projeto foi alargado, uma parte dedicada ao fabrico do pão e outra que serve de museu etnográfico, que tem no seu espólio alguns objetos antigos de agricultura usados na aldeia.

Localização	Azinhal, Almeida
Data da candidatura	1996
Investimento total	17.189,67 EUR
Comparticipação LEADER	65%
Postos de trabalho criados	0



Casa do Risco

“Com apoio da ADER-SOUSA, através do financiamento do LEADER, foi possível melhorar as condições e desenvolver ações de promoção e divulgação dos bordados do concelho.”

Dulce Freitas, responsável
pela Casa do Risco de Felgueiras

A Casa do Risco de Felgueiras – Associação para a Qualificação do Bordado emergiu da intenção da Câmara Municipal de Felgueiras de recuperar, proteger, valorizar e promover o bordado e as bordadeiras do concelho.

O levantamento das Artes e Ofícios Tradicionais, efetuado no contexto de outra ação, desenvolvida no âmbito do LEADER I, avaliou o número de bordadeiras nos concelhos de Felgueiras e Lousada em cerca de 700, no primeiro caso, e 250 no segundo. Como a maioria carecia de formação e especialização, a Casa do Risco/Câmara Municipal de Felgueiras desenvolveu ações de formação profissional, algumas com o apoio do LEADER II.

Para consolidar este projeto, a Câmara Municipal de Felgueiras recorreu à ADER-SOUSA para candidatar ao LEADER a reabilitação de um edifício antigo, a Quinta do Roço, para aí instalar a sede da Casa do Risco. Posteriormente, foi realizada a Certificação da Qualidade do Bordado produzido no Vale do Sousa, originando a criação de uma marca própria, que se tornou o pilar do reconhecimento como produto de qualidade, quer a nível nacional quer a nível internacional.

Desta forma, com a Casa do Risco concretizou-se a profissionalização de algumas centenas de bordadeiras do concelho de Felgueiras e o retomar de técnicas desaparecidas de execução de bordados.

Localização	Qt. Roço, Airões, Felgueiras
Data da candidatura	1993/2001
Investimento total	289.302,78 EUR
Comparticipação LEADER	65%
Postos de trabalho criados	20



Doces de Basto

“A PROBASTO ajudou-nos porque vivemos numa zona de interior com muitas dificuldades e o investimento do LEADER foi importante para termos uma base financeira para o negócio.”

João Guilherme, responsável
pela Doces de Basto

A Doces de Basto, Lda. foi criada em junho de 1997, dedicando-se ao fabrico e venda ambulante de produtos de doçaria, pastelaria, padaria e confeitaria.

Para iniciar a sua atividade alugou um espaço em Atei onde fabrica todos os produtos, e que adaptou a posto de venda ao público, apoiado no âmbito do LEADER II. Hoje possui outra loja no centro de Mondim, que funciona como pastelaria e café. Aí, além de vender os produtos fabricados pela Doces de Basto, serve pequenos-almoços e lanches.

Seguindo a tradição local, grande parte da produção da Doces de Basto incide na confeitaria regional: cavacas, doce da Teixeira, pão de ló, casadinhos, docinhos e galhofas. Revelando um espírito inovador que regenera as tradições, criaram também um produto próprio, os Docinhos de Basto, pães de ló molhados que são servidos como sobremesa.

A Doce de Basto sente que a PROBASTO foi fundamental no desenvolvimento da atividade, motivando os proprietários e apoiando a promoção dos produtos da marca, o que muito ajudou à sua divulgação.

Com o êxito obtido, expandiu o seu negócio, tendo concorrido ao LEADER com um novo projeto de investimento visando a aquisição de máquinas necessárias ao desenvolvimento da atividade e a realização de obras, de modo a dar cumprimentos às exigências na área da higiene e segurança no trabalho.

Localização	Mondim de Basto
Data da candidatura	1998/2010
Investimento total	136.734,69 EUR
Comparticipação LEADER	53%
Postos de trabalho criados	8